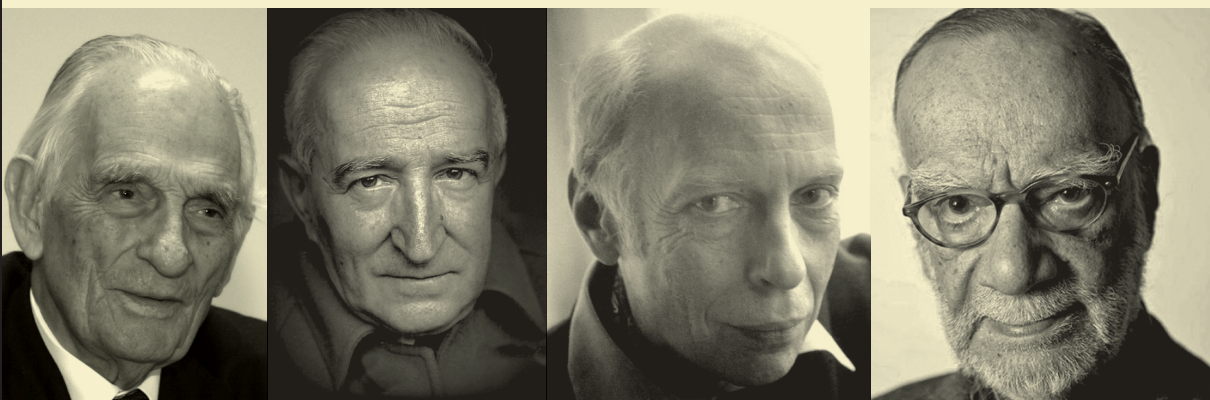


PENSAMENTO E ESCRITOS (PÓS-)COLONIAIS



COORDENAÇÃO
Maria João Castro



O volume resulta da Conferência *Pensamento e Escritos (Pós) Coloniais* que teve lugar no dia 20 de abril de 2016 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, e contém os textos de Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo e José-Augusto França, bem como a súpula do debate subsequente.

Nomes incontornáveis nas áreas da política, ensaio, literatura e história da arte, os quatro autores pensaram e escreveram sobre o colonialismo português, triangulando a reflexão arte/política/império num testemunho singular de olhares que se cruzam e articulam entre si.

Este é o primeiro volume da série ArTravel, uma coleção que se desenvolve a partir do projeto de Pós-Doutoramento de Maria João Castro *ArTravel. Viagem e Arte Colonial na Cultura Contemporânea*.

FCT: SFRH/BPD/107783/2015

WWW.FCSH.UNL.PT/ARTRAVEL/

ISBN: 978-989-99719-0-5



PENSAMENTO E ESCRITOS (PÓS) COLONIAIS



PENSAMENTO
E ESCRITOS
(PÓS) COLONIAIS

COORDENAÇÃO

Maria João Castro

LISBOA

2017

Título: *Pensamento e Escritos (Pós) Coloniais*

Coordenação: Maria João Castro

Composição Gráfica: Pedro Serpa

Editor: ArTravel

Impressão: Húmus

1.ª EDIÇÃO: DEZEMBRO DE 2017

ISBN: 978-989-99719-0-5

DEPÓSITO LEGAL: 443882/17

TIRAGEM: 150

Publicação subsidiada ao abrigo do projeto estratégico do
CHAM (NOVA FCSH-UAc),
financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia — UID/HIS/04666/2013.



COLEÇÃO — ARTRAVEL I



ÍNDICE

Prefácio	7
----------	---

COMUNICAÇÕES

Adriano Moreira	11
Eduardo Lourenço	19
Helder Macedo	25
José-Augusto França	35

DEBATE

Nuno Severiano Teixeira	47
João Paulo Oliveira e Costa	49
Adriano Moreira	53
Eduardo Lourenço	57
Helder Macedo	59
José-Augusto França	63
Maria João Castro	67

P R E F Á C I O

O presente volume insere-se no âmbito do projeto *ArTravel. Viagem e Arte Colonial na Cultura Contemporânea*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BPD/107783/2015), constituindo a primeira ação de um conjunto de iniciativas que se propõe (re) pensar o império e a arte colonial portuguesas.

Pensamento e Escritos (Pós) Coloniais resulta da conferência pública que teve lugar no dia 20 de abril de 2016, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, e que reuniu Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo e José-Augusto França, nomes incontornáveis da política, ensaio, literatura e história da arte portuguesa que, em épocas distintas e em modos e contextos diversos, pensaram e escreveram sobre o império colonial português, apresentando-se como testemunhas de um passado que se reflete no presente, e, por isso, de uma inusitada modernidade.

A obra encontra-se dividida em duas partes correspondentes aos tempos da conferência: a primeira apresenta os textos elaborados por cada um dos intervenientes; a segunda regista o debate subsequente, moderado por Nuno Severiano Teixeira e João Paulo Oliveira e Costa.

Dentro da triangulação arte/poder/império, os diferentes modos de apreensão de Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo e José-Augusto França constituem um testemunho singular, de olhares que se cruzam e articulam entre si, deixando um pensamento escrito que, no silêncio da obra, se revela e se prende ao olhar outro.

Maria João Castro

COMUNICAÇÕES

ADRIANO MOREIRA

A questão da colonização tem hoje uma grande actualidade, sobretudo em Portugal, mas ainda é muito difícil colocá-la no plano meramente académico. Porque está próxima a descolonização portuguesa, porque custou muitos sacrifícios ao país, porque temos um contingente de feridos que têm uma vida ativa que é preciso acompanhar e compreender.

Ao mesmo tempo, as pessoas que têm tempo para ler jornais devem ter reparado que os efeitos da descolonização estão-se a refletir, de quando em vez, na vida corrente nacional. Porque é preciso construir uma relação em pé de igualdade depois de muito tempo de subordinação colonial. Por isso gostaria de lembrar alguns factos que julgo que são necessários para enquadrar este binómio de modo a que ele alcance a projeção e o nível de imparcialidade universitária que precisa atingir, até para apaziguar os espíritos da população.

Em primeiro lugar, temos que ter sempre presente quando falamos de colonização de que as gerações vivas têm experiência, temos em vista sempre um poder externo que submete as populações que são muito diferenciadas etnicamente, cultural e religiosamente e isso faz-nos esquecer até intervenções gravíssimas da colonização que antecederam este último modelo da submissão a um poder exterior aos territórios ocupados e diferenciados das populações que são ditas primitivas.

Nós, por exemplo, esquecemo-nos que quanto à colonização do continente americano é raro vermos comentar como se formaram os Estados Unidos da América. Eu posso recordar: se se lembrarem do livro de

Tocqueville sobre a democracia na América, ele reproduz a exposição que os iroques levaram ao Presidente dos Estados Unidos dizendo: «Quando os senhores chegaram a este país chegaram carentes, foram recebidos afetuosamente, demos a ajuda necessária. Éramos a nação mais importante desta terra. Os senhores conquistaram todo o território, fizeram desaparecer a população. Estamos aqui, os últimos da nossa raça e vimos perguntar se também podemos aqui morar». Isto é um fenómeno que está esquecido.

Do ponto de vista histórico, a visão que se liga a nós e às inquietações ainda hoje dos portugueses foi construída sobretudo depois da Conferência de Berlim. É o caso mais importante na nossa experiência actual e, curiosamente, tem pelo menos, dois aspetos:

- Diz respeito à dignidade dos nativos:
- Diz respeito à natureza ao governo instalado nesses territórios e isto está perfeitamente de acordo com a hipocrisia que normalmente acompanha a organização política em qualquer aspeto, porque não há organização política conhecida que não invoque uma série de valores para obedecer e que, no seu exercício, se esqueça dos seus valores porque são os interesses que vai executar.

A América continua a ser um excelente exemplo porque todos nós filiamos a evolução democrática dos ocidentais na Declaração de Filadélfia, a qual dizia que:

Todos os homens nascem livres e *iguais*, e com igual direito à felicidade (...).

Isto ficou escrito no bronze da História mas lê-se menos que nesse bronze havia uma vírgula: os nativos não, os escravos não, os trabalhadores não, as mulheres não, e tem sido uma luta terrível para apagar estes dados. Esta atitude foi a que, com a expansão europeia, criou a definição daquilo a que amorosamente chamamos o Terceiro Mundo. Nenhum país organi-

zou a sua expansão colonial sem evocar grandes princípios: a nossa e a espanhola: evocou-se a evangelização. Mas consta no relatório do Vasco da Gama que, quando este chegou a Calecute da praia lhe perguntaram:

Ó diacho, o que vieram cá fazer?

E o marinheiro português respondeu:

Vimos à procura de cristãos e de especiarias.

Os franceses decidiram que iam levar as «luzes» e ao mesmo tempo a civilização; os ingleses levaram, na voz de um dos seus poetas, a intenção de transportar o pesado encargo da civilização e construíram o império das Índias. E todos os colonizadores europeus fizeram isto. O resultado foi que quando se é transportado para o exercício do poder que se vai instalar, na linguagem de hoje dos economistas, a construção em toda a parte foi de estados extrativos, ou seja, estados de onde se extraiu a riqueza, os rendimentos, e também se utilizaram os missionários, padres, professores, depois de terem lido o relatório do Vasco da Gama.

E isto fez com que a colonização em toda a parte desse origem não ao império britânico, ao império francês ou ao império português: de facto, deu origem ao império euromundista. Porque foram eles que dividiram arbitrariamente os territórios, que estabeleceram arbitrariamente as fronteiras e que distribuíram arbitrariamente os governos e, por consequência, esse império constituía uma unidade e é esse conceito que vai ser recolhido pela geração que ainda está viva e que é ao desfazer desse império unitário Euromundista que assiste.

E talvez para surpresa de alguns que se preocupam sobretudo com introduzir alguma autenticidade na Declaração Universal dos Direitos Humanos, convenha recordar-lhe que na década de 50 do século xx, em vésperas de ataque ao Canal do Suez, a Sociedade Antiesclavagista de Londres organizou uma conferência em Génève contra a escravatura. Parecia uma inquietação sem conteúdo: já estávamos depois do Segunda

Guerra Mundial. Eu fui delegado nesse evento que integrava a organização das bases do desembarque no Suez. Era este o tema da conferência, com um apontamento que devo referir: do programa fazia parte um ponto em que se pretendia alargar a área de fiscalização do Índico de forma a que abrangia os territórios portugueses. A Inglaterra, como nosso fiel aliado, soube então que não queríamos que a Índia fiscalizasse a navegação portuguesa mas a conferência continuou. Conclusões gerais do encontro: 400 a 500 mil escravos no Médio Oriente, sob a cristã designação «Slave Travel Check». Em regra, eram convertidos ao islamismo, vinham desde o Senegal, eram moeda de pagamento das despesas pelo caminho mas sempre chegavam aos lugares sagrados e lá ficavam escravos. Só que parece que havia uma regra: sem liberdade, a reprodução, a procriação acaba por enfraquecer de maneira que era necessário continuar com a escravatura.

Em Portugal, nós tivemos naturalmente todos aqueles abusos da escravatura, mas sobretudo, o que acho mais grave não é a escravatura — que é gravíssima —, é o transporte para os territórios longínquos, porque se é escravo mas vive no território onde nasceu, se conhece as pessoas, se tem amigos de infância, é muito diferente de ser transportado para o continente americano onde se misturam etnias completamente diferentes que não constituem uma comunidade mas uma multidão e leva imenso tempo à integração. Eu defendo isto apenas para dizer que sou partidário de que não se recebe a nacionalidade a benefício de inventário e que aceitamos todos os erros que nós cometemos mas, pessoalmente tenho alguma satisfação com as emergências: por exemplo o Brasil custou-nos os referidos abusos todos, ou Goa, se lerem as crónicas, que hoje já se encontram publicadas da intervenção da inquisição, ficam horrorizados, mas as emergências dão-me satisfação de ser português. Por isso faço a distinção entre ambas as coisas. Mas queria lembrar que, em Portugal a escravatura foi extinta na metrópole pelo Marquês de Pombal que não tinha fama de ser boa pessoa; nas colónias, foi extinta com Sá da Bandeira, a quem o povo de maneira carinhosa chamavam o «Zé Maneta» por não ter um braço perdido na guerra; no Brasil foi uma mulher por quem tenho a maior admiração: a princesa Isabel. Estava na regência e foi com o consentimento do

pai e daí sabendo — e daí a minha admiração por ela — que a assinatura daquele diploma implicava o fim da monarquia. Mas ela achou que a dignidade da população justificava que perdesse a coroa, e que era seu dever publicar aquele decreto. Contudo, tal facto não acabou com as dificuldades no território porque, nós por exemplo, na nossa parte do território euro-mundista, tínhamos algumas colónias que não tinham indigenato: era o caso de Macau, da União Indiana, de Cabo Verde, mas as outras tinham. E o indigenato era negação da proclamação de Thomas Jefferson, porque eles não tinham cidadania, portanto, não tinham direito a ser cidadãos.

Eu tive há algumas semanas uma notícia que me deu grande satisfação e é bom porque há poucas ocasiões para satisfação no país: tenho um filho que foi advogado durante uns anos em Moçambique e teve um colega africano que um dia lhe perguntou:

— *És filho do Doutor Adriano Moreira?*

— Sou.

— Então vou dizer-te uma coisa: o meu pai disse-me que só teve o primeiro dia de felicidade da sua vida com 70 anos, quando recebeu o cartão de cidadão com a revogação do indigenato feita pelo teu pai.

Ora este comentário em relação ao indigenato implicava que ele era negação da igualdade de direitos. Mas havia também trabalho forçado que foi preciso extinguir e havia culturas obrigatórias que também foi preciso extinguir. E depois vem um problema mais sério: a guerra, e aqui há que referir um facto, porque é preciso prestar justiça às instituições e de acordo com as épocas. Eu sou testemunha de que o Chefe do Estado Maior do Exército chamado General Câmara Pina declarou:

Estas guerras não se ganham, ganha-se tempo para fazer as reformas necessárias para a solução política.

Ganharam treze anos e não refizeram as reformas necessárias, pois foram interrompidas e não convenientemente observadas. Foi um grande sacri-

fício, mas é enorme a montagem do Estado Espetáculo do tempo em que vivemos, aos queixarmo-nos dos sacrifícios dos portugueses e esquecermo-nos que o exército francês foi esmagado na Indochina, e que enfrentou a tragédia da Argélia, um problema ainda hoje não resolvido, por ordem de um homem chamado François Mitterrand com a afirmação de que «a Argélia foi, a Argélia é, e a Argélia será sempre francesa».

A Holanda teve problemas tremendos na Indonésia fazendo esta depois com que o seu exercício em Timor matasse 200 mil pessoas. A Inglaterra, que passa por ser a mestra das evoluções políticas e que não se esquece que foi sua herança a democracia americana, embora ninguém diga que da Magna Carta o que os americanos aproveitaram foi a regra que obriga a votar os impostos, não conseguiu que o pacifista Gandhi conseguisse que muçulmanos e hindus não se separassem e morreram «apenas» 400 a 500 mil pessoas. Tudo isto é o império euromundista. Portanto esta mudança do poder político modificou a situação do mundo. Entretanto, o Terceiro Mundo abandonou o sistema político a que tinha sido submetido e foi então que aconteceu à Europa uma coisa muito séria que ainda hoje não está remediada. É que a Europa que fez o império euromundista também ela própria anteriormente se organizou com impérios. E quando se deu a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918, ajudada pelos americanos, foi o Presidente Thomas Wilson o principal responsável pela Carta da Sociedade das Nações onde se estabeleceu o princípio de que cada nação deve ter um Estado. É um grande princípio, simplesmente há poucas nações na Europa e encontram-se ainda muito divididas. Mas os americanos não assinaram a carta, e a organização imperial desapareceu.

Acontece que desapareceram os impérios. O que a Europa tinha era o império alemão, o austro-húngaro, o russo, o turco e todos eles desapareceram.

Na Segunda Guerra Mundial a Carta das Nações Unidas e a Declaração de Direitos, mais uma vez alteraram a estrutura. Simplesmente quem escreveu aqueles textos foram exclusivamente mãos ocidentais. Entretanto chegaram os povos que se iam libertando com as suas conceções específicas do mundo e da vida e quando as Nações Unidas se reuniram sofre-

ram uma experiência nova na história da humanidade e que foi o facto de todas falarem ao mundo, livres, e isso não coincidia com a concepção dos ocidentais que tinham escrito a carta. Dou alguns exemplos: no tal documento fundamental anexo da carta, a Declaração de Direitos, encontra-se escrito entre os direitos fundamentais o da propriedade, como direito fundamental. Assinaram americanos e russos mas não estavam a dizer a mesma coisa. Também diziam que a família era a célula fundamental da organização da sociedade. Assinaram todos: católicos, civilistas, polígânicos, defensores da união de facto, etc.

Começou-se então a chegar a um governo do mundo menos organizado, que tinha uma semântica que não era coincidente com a realidade, e o que aconteceu foi que imediatamente a carta das Nações Unidas foi realmente posta em suspenso, e o mundo passou a ser comandado por uma ordem de pactos militares que foram a NATO e o Pacto de Varsóvia.

Hoje, encontramos-nos numa situação, na minha opinião, mais próxima da desordem mundial do que da ordem mundial e os riscos são enormes. A vigência dos direitos humanos continua extremamente limitada: é o caso a que se assiste na actualidade com a questão do conflito das migrações e do respeito pelas convenções que estabelecem os deveres humanitários.

Refira-se uma última circunstância e que é a seguinte: em obediência à Carta, com todo o custo humano de todos os que participaram no império euromundista, essa hegemonia política desapareceu, a Europa não perdeu só o poder político; perdeu o domínio das matérias-primas, o domínio dos mercados dos produtos acabados, e o poder terrível de ser ela a estabelecer o preço do trabalho. E, por isso mesmo, neste momento aquilo a que assistimos é que a pobreza desafiou todos os projetos que as Nações Unidas tinham feito, não há nenhum objetivo que tenha sido alcançado, a divisão entre países pobres e onde ainda existe escravatura em muitos dos seus territórios mantem-se, e quando se trata das questões da guerra e da paz não é invulgar que concluam que há guerra em toda a parte: do Cabo ao Cairo há guerra em toda a parte, são centenas de milhares de crianças que estão em guerra em territórios que foram colónias. E depois vamos para a semântica e, em grande parte, invoca-se que é em nome da

democracia. Ora quem sabe que a leitura da Carta das Nações Unidas e dos Direitos manteve as palavras com conteúdo diferente, sabe que o turbilhão democrático asiático não dá garantias nenhuma que aqueles defeitos, incluindo a escravatura colonial, tenham desaparecido, isso não está de maneira nenhuma assegurado. E por isso mesmo, o que aconteceu, e nós estamos a ser objeto disso, é que uma doutrina (economia política) que se transformou em ciência exata — economia¹ — fez com que o chamado *credo do mercado* tenha substituído o *credo dos valores*. Isso quer dizer que, assim como a formação dessa expansão que criou o império euromundista obedeceu muito ao que hoje chamamos o Estado Espetáculo, porque os valores que eram proclamados não eram efetivamente aplicados concretamente nesses territórios, neste momento é extremamente evidente que há uma distância enorme, ainda hoje, entre a declaração de valores e a nossa Declaração de Direitos do Homem e a desordem mundial do presente.

1 Quando eu era estudante chamava-se Economia Política, e percebia-se logo que não era exata.

EDUARDO LOURENÇO

O tema do pós-colonialismo é um tema importante em si e, curiosamente, é que, tanto quanto tenho conhecimento, a temática vem-nos da América, o que é algo paradoxal uma vez que não tem colónias, a não ser que consideremos o mundo como sua colónia, o que não está mal.

Todos os três Professores colegas de painel têm experiência sobre África e sabem o que foi o nosso Portugal enquanto país colonizador, em particular o Professor Adriano Moreira, a quem devemos um interesse contínuo por essa problemática no âmbito do Antigo Regime e depois dele.

No ano passado foi o centenário da geração modernista do Orpheu, à qual pertenceu um pintor quase sem obras, chamado Santa Rita Pintor. Consta que estava muito doente e lhe foi diagnosticado «Febres de África», apesar de ele nunca lá ter estado.

Eu também nunca estive em África, ou por outra, só estive em África depois do fim do império. Contudo, estive de outra maneira: estive em África por pai entreposto que era militar e fez serviço no norte de Moçambique, em Nampula. Decerto foi ele a primeira pessoa que me deixou pequenas imagens, reflexões sobre a maneira de ser dos africanos, em todo o caso dos africanos com quem se relacionou durante seis anos.

Para o meu relacionamento com que foi o nosso império, estas reflexões foram muito positivas, pois não havia da parte dele nenhum preconceito de tipo genérico de racismo e isso fez com que me deixasse ideias positivas e simultaneamente a perceção de um mundo que tinha uma maneira particular de ser, uma sabedoria própria, paradoxal muitas vezes,

e ao mesmo tempo muito justa e pertinente. No fundo, achava que eram homens necessariamente com uma outra cultura mas homens como nós.

Por outro lado, tive um tio que era um africanista propriamente dito, um colonialista mas não se chamava assim na altura, que era funcionário da polícia em Lourenço Marques e esse, verdadeiramente sozinho, era mais racista que a África inteira. Nunca se referia às pessoas negras com quem lidou, que estivessem lá ou viessem em férias, que não fosse «sacos de carvão», de modo que, em matéria de racismo português, no caso dele, estou elucidado.

Acresce que tenho uma irmã carmelita que se encontra hoje na Amazónia mas que professou em Fátima e tinha como destino aí ficar. Acontece que teve o convite vindo de Moçambique de um senhor de nome António Trigo de Moraes — e que mais tarde daria nome a uma povoação, Vila Trigo de Moraes —, que era muito católico e tinha construído um convento no Limpopo e pediu a Fátima monjas para habitar esse novo lugar. Eu penso que na ideia dele pensava que as religiosas dessa ordem, fechada sobre si própria mas com grande radiação exterior, iam para lá para salvar Moçambique, uma vez que a rebelião africana havia já começado. Mas já era um pouco tarde. Essa «excursão» das carmelitas até Moçambique acabou no dia em que a Revolução do 25 de abril triunfou e o convento foi ocupado pela nova ordem. Terminado esse tempo em Moçambique, foi-lhes oferecido por um bispo da Amazónia uma nova morada, onde ainda hoje se encontram. Daí a relação lateral que eu tenho com a África e com os seus destinos, em todo o caso, destinos próximos e familiares.

Por ordem de ideias, tenho não aquela relação famosa expressa por Alexandre O'Neill, «*Portugal: questão que eu tenho contigo tu tens comigo*» mas na relação que tenho de ordem intelectual, cultural e filosófica ao dizer-se com o relacionamento de um país que teve um império.

Para mim, a questão fundamental dentro desta temática colonial/pós-colonial é a que Portugal tem consigo mesmo. Provavelmente, este país pequeno que nasceu de uma conjuntura muito particular, nasceu num mundo em que a Europa já cristianizada estava a sofrer uma das primeiras grandes invasões, vindas de outra cultura, da Arábia até ao centro

de França. Desse modo, Portugal nasceu num período histórico que é a resposta dos europeus cristianizados do sul contra a invasão árabe. Nós nascemos das peripécias dessa conjuntura e a nossa primeira definição primeira é a de um tempo de cruzadas. Na verdade, os cruzados ajudaram a conquistar Lisboa e este país nasceu, por assim dizer, «cruzado» e cruzado continuou durante toda a sua existência e até ao fim do império.

Penso que, os treze anos com que Portugal tentou responder à justa, ou justificado historicamente falando e não só, à demanda africana forma uma espécie de uma nova cruzada — ou assim foi apresentada e introduzida na altura —, pela ideologia mais consentânea, isto é pelo regime. Mas essa leitura não é a leitura do regime de Oliveira Salazar unicamente, embora fosse ele o responsável que teve que responder à rebelião, pois naquela altura, qualquer que fosse o regime que existisse no país, e mediante aqueles factos, a resposta teria sido mais ou menos aquela que foi conhecida. Porque Portugal só entrou para a História propriamente dita, com o nosso início épico que foi, da nossa perspectiva de pequeno país, com Aljubarrota e etc., e que constituíram momentos de definição para aquilo que foi o testemunho histórico e que continuam a ser o destino de Portugal.

Porém, Portugal só se deu a conhecer História com «A» grande, se ela existe como realidade e como ficção, porque nós saímos deste cantinho e do Atlântico e chegámos ao Oriente. Portugal é o primeiro país que saiu da Europa para levá-la para outro sítio, mesmo ainda não sabendo exactamente quais eram as consequências que nunca mais terminaram dessa nossa saída, como portugueses e como europeus. E fomos para um sítio onde estivemos verdadeiramente para sempre sem já lá estar, mesmo depois de ter vindo.

É o povo que foi à Índia de que já sabia a existência, que já soubera da China (com Marco Polo) mas não se pode esquecer que o mundo era pouco conhecido e que este conhecimento constituía fragmentos de um quadro incompleto e daí que Portugal tenha sido importante para o destino do mundo inteiro. Essa é a nossa marca deixada no Ocidente até hoje, e isso foi logo percebido, ou seja, quase no momento da chegada à Índia houve essa percepção tornou-se consciente. De resto, os portugueses mal

tinham acabado de chegar à Índia e já se encontravam atrás de nós, gente enviada da Casa de Fugger, a mais importante economicamente da Europa naquela época.

No século XVI, um importante embaixador europeu, historiador e rival de Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini, florentino, traçou uma espécie de quadro de honra das potências mais importantes da Europa naquele momento: a Inglaterra, a França, etc., e acaba o seu relatório dizendo que nos últimos tempos tinha aparecido um pequeno país na Península Ibérica chamado Portugal a quem se devia a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Portanto a ótica da nossa epopeia é assinalada por esse género de reflexões que foram imediatamente repercutidos nas cortes do Velho Continente. E a partir daí inicia-se a época imperial portuguesa propriamente dita, e essa época durou 500 anos, e esses 500 anos terminaram em abril de 1974.

Na ordem interna, nós conhecemos as razões para que isso aconteceu; quanto ao traumatismo criado por esse acontecimento que devia de ser hipermemorado, ele tinha sido amortecido pelos treze anos durante os quais o país tinha tentado resolver o dilema que era criado para uma subvenção daquele género dos «nossos» colonizados, se é que se possa chamar de colonizadores aos portugueses, uma vez que não foi uma conquista guerreira — como no Peru ou no México que eram Estados que tinham uma coerência orgânica muito grande —, mas sim uma conquista de trocas e de comércio relativamente pacífica em relação aos espanhóis do Novo Mundo. É claro que este pacifismo tinha uma outra face, que é a face quer do próprio drama no nosso premiar da Índia, quer sobretudo depois com Francisco de Almeida ou Afonso de Albuquerque, cuja estátua domina a praça reservada ao império, em Belém. Na verdade, Afonso de Albuquerque é da raça dos conquistadores, o que é algo paradoxal; Portugal não tinha população para fazer esse tipo de proeza: o país tinha menos de dois milhões, não chegava para povoar as terras d'além mar. O que aconteceu nesta nossa aventura fez com que houvesse uma admiração fática o que é uma coisa um pouco esquisita, por mais que tenha sido pensado e racionalizado segundo as necessidades daquela época. É que não é só a proeza

marítima propriamente dita — o que uma coisa extraordinária — mas sobretudo esta ideia de estar lá longe e ter feito com que o nosso centro estivesse lá fora e miticamente estará sempre lá fora, mesmo depois de perdido, mesmo de não ser aquilo que é.

Eu penso que, de algum modo mas de uma outra maneira, o nosso império, o real e que durou 150 anos, um dia será na nossa memória mais uma ficção do que realidade, contudo uma ficção de que não nos podemos abstrair sem mitificarmos aquilo que nos tornou notáveis entre as nações europeias daquela época e até hoje.

É interessante, eu que nunca estive em África, fui muito sensível ao fenómeno genérico que está por detrás de tudo o que aconteceu após a Segunda Guerra Mundial e que foi, pelas suas consequências, a descolonização. Em 1958 estava no Brasil vindo de uma vivência em França onde tinha acompanhado com grande paixão tudo quanto se passava na Argélia. Posteriormente, segui o assunto como uma grande peripécia da história de França mas percebendo muito bem que se a França, numa guerra longa (entre 1954 e 1962) e perdida, foi obrigada a abandonar a Argélia, o destino das colónias portuguesas estava traçado. De resto já tinha pensado que quando começou a primeira grande fase de descolonização marcada sobretudo pela retirada da Inglaterra da Índia; se a Inglaterra que durante 500 anos tinha dominado a história do mundo retirava da sua joia da coroa, como é que um país tão pequeno como o nosso podia imaginar que poderia guardar tranquila e perpetuamente os nossos vastos territórios africanos. Mas essa era a aposta não só feita pelo Antigo Regime; ela vinha de desde os finais do século XIX quando uma espécie de novo colonialismo, muito tipo diferente do nosso colonialismo do século XVI, e que foi definido a partir de um domínio de uma Europa, de uma hegemonia do Velho Continente perante o mundo, e que resolve impor não só os seus produtos como a sua maneira de ser. Nessa altura, a Europa era o centro do mundo. E dir-me-ão: mas ainda é o centro do mundo? Não. Agora é o ex centro do mundo. Se atendermos nas considerações do Professor Adriano Moreira o que nos está a acontecer é o crepúsculo do Ocidente. Estamos numa situação quase inimaginável, quem podia calcular que, uma vez terminada

a Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim em 1989, e passadas poucas décadas desse acontecimento, íamos ser confrontados com uma situação totalmente inédita desde o tempo em que os árabes invadiram a Península Ibérica até hoje. E isso é o ficcional da História, a nossa História pensa que é um rio tranquilo que vai para um sítio mas, frequentemente, ele desvia-se e segue outros caminhos, caminhos esses de grande imprevisibilidade e que é que o que está a acontecer agora. Ninguém sabe hoje para onde nos dirigimos. Bom talvez os americanos saibam: eu penso que os americanos já se dirigem para um outro planeta, no sentido próprio da palavra.

O que se constata hoje é que a Europa está literalmente parada em vários domínios. E nós também parados com a paragem dos outros, uma vez que não somos o «piloto» desse navio. Nestes 500 anos de história portuguesa foram 500 anos em que este país pensava que tinha um império que era meio ficcional mas real que deixou marcas em vários campos do mundo e que perduram até hoje.

Seja como for, o Antigo Regime não teve interesse em reconhecer a rebelião africana onde, de resto, foi o único ator, uma vez que o Ocidente não nos acompanhou nessa última «cruzada» por nossa conta. E tudo se passou à portuguesa, e passar-se à portuguesa significa sofrer e não dar conta de nada. Assumido ou não assumido, recalcado ou não recalcado, o que aconteceu com a guerra colonial e o fim do império foi algo sério, um drama que determina a especificidade da nossa história e que vem do facto de ter sido feito por uma pequena nação; e foi aquilo que Camões percebeu de uma vez para sempre que foi a «pequena casa lusitana». É a extraordinária desproporção entre os meios e os fins e que se alcançaram como se fosse uma outra história que já não era nossa e, efetivamente, a nossa verdadeira história sem fim é aquela que está escrita n'Os *Lusíadas* que é uma espécie de parágrafo final pós-camonianiano. A nossa história enquanto camoniana está escrita e bem escrita, até hoje.

HELDER MACEDO

PARTES DE ÁFRICA

Há mais de vinte anos, estive num encontro de escritores de língua portuguesa em Maputo. Quando chegou a minha vez de falar, o apresentador, para ser simpático, informou o público de que também sou moçambicano. O que é quase verdade porque, cumpridos os necessários requisitos formais, de facto teria podido ser: a minha certidão de nascimento foi emitida pelo Registo Civil da então capital colonial, Lourenço-Marques, sou filho e neto de funcionários administrativos de Moçambique, disse as minhas primeiras palavras na Zambézia, aprendi as primeiras letras no Sul do Save, iniciei o liceu em Lourenço-Marques, foi lá que escrevi os meus primeiros versos, dei pontapés na bola com o Mário Coluna e o Costa Pereira, vivi em Moçambique toda a minha infância e parte da minha adolescência.

Foi um tempo mágico, como só a infância pode ser. Porque a infância é um espaço sem culpa. E na verdade não me sinto minimamente culpado pelo que houve de culpável (e muito houve) no colonialismo português de que sou originário e que é parte integrante da minha identidade portuguesa. Ainda jovem, solidarizei-me com patriotas africanos no que considere ser uma causa comum contra um regime político que igualmente oprimia os portugueses na Europa. Mas, chegada a altura de escolher, a minha opção de nacionalidade foi inequivocamente portuguesa. E assim pude voltar a Portugal de um exílio mais ou menos forçado em Londres, do mesmo modo que vários moçambicanos (e angolanos e guineenses e caboverdeanos) puderam regressar aos seus países de origem.

Expliquei portanto ao público dessa sessão literária em Maputo que a minha identidade moçambicana era puramente colonialista. O que chocou alguns, que me terão achado um mal-agradecido, mesmo quando acrescentei, citando uns versos do sempre oportuno Fernando Pessoa que «Sei muito bem que na infância de toda a gente houve um jardim / particular ou público ou do vizinho...», para concluir que a certa altura da minha vida percebi que esse intemporal jardim da minha infância afinal era do vizinho.

Foi quando percebi também que era um jardim cheio de cobras ocultas pela paradisíaca selva. E só comecei a percebê-lo quando vi pobreza pela primeira vez. Em África, nunca tinha visto pobreza. Só a vi em Portugal. Mas não, evidentemente, porque não tivesse havido pobreza em África. Se alguma coisa, havia uma pobreza mais extrema do que aquela que se me deparou nas ruas de Lisboa e nas ancestrais aldeias da minha família transmontana. Em África tinha havido homens semi-nus a trabalharem os campos com as mãos inchadas de punições, tinha havido pernas de gigantescas elefantíases a arrastarem corpos descarnados, rostos mutilados por lepras sem tratamento, jovens mães de seios quebrados pela fome dos filhos. Tinha havido, em suma, pobreza negra, uma pobreza invisível, a pobreza do vizinho marginalizado e oprimido no seu próprio jardim. Onde, no entanto, o meu primeiro professor de escola primária era negro, onde os meus primeiros companheiros infantis foram meninos negros, onde partilhei de um banquete clandestino quando uma praga de gafanhotos, ao mesmo tempo que devastava os campos plantados, serviu para um enorme guisado que um grupo de negros esfaimados, talvez num acto generosamente subversivo, me deixou saborear com eles, todos nós acorados em volta do caldeirão a fazermos estalidos apreciativos com a língua. Excepto que, para eles, como então eu não teria podido perceber, essa talvez tivesse sido a última refeição antes da mortífera fome prenunciada naquele descampado coberto de gafanhotos ressequidos.

Reconheci, no Portugal que vi na Europa, a pobreza negra que não tinha visto em África. E que outros portugueses não viam em Portugal. Em 1961, no início das guerras coloniais, Portugal era o país mais pobre da Europa ocidental. E Angola, para só mencionar uma das suas então coló-

nias, era o segundo maior produtor mundial de café (como já não é), tinha diamantes (como ainda tem), produzia petróleo (como ainda produz). Se a motivação económica de haver colónias é enriquecer as nações colonizadoras, isso não tinha acontecido em Portugal. E se a justificação moral de haver colónias é beneficiar os povos colonizados, isso também não tinha acontecido à vasta maioria das populações africanas administradas pelos portugueses. As colónias serviram as tradicionalmente parasitárias elites económicas em Portugal e criaram novas elites parasitárias nas colónias. O povo — «o povo povo», como diria Almeida Garrett — tinha sido excluído das suas respectivas nações. A principal fonte de riqueza de Moçambique era a exportação de mão-de-obra. Uma das principais fontes de riqueza em Portugal era também a exportação de mão-de-obra, as remessas bancárias dos emigrantes. Quando as colónias se tornaram independentes de Portugal, também Portugal se pôde tornar independente das colónias. E assim foi durante algumas décadas de visível prosperidade quando, no entanto, mais uma vez, não se criaram em Portugal estruturas económicas estáveis e uma base sustentável de prosperidade. Mesmo assim, se hoje em dia os portugueses se vêem de novo forçados a emigrar, antes o façam como doutores do que como analfabetos. Apesar de tudo, houve um progresso. Digo isto sem ironia, mas com muita pena.

Em 1991, pouco antes desse encontro de escritores em Maputo eu tinha publicado um romance — em que articulo factos e ficções — intitulado *Partes de África*. Que foi imediatamente acolhido com entusiasmo no Brasil e que foi virtualmente ignorado em Portugal. No Brasil, além de ter tido boa cobertura na imprensa, rádio e televisão, e um lugar de destaque numa Bienal do Livro, foi profusamente analisado por alguns dos mais prestigiosos professores brasileiros de literatura portuguesa, e já se fizeram sobre ele dezenas de teses universitárias. Fora do Brasil, foi, por exemplo, generosamente comentado por Claudio Guillén em Espanha, analisado e traduzido para inglês pelo titular da Cátedra de Estudos Portugueses em Oxford, Philip Rothwell, publicado também em tradução alemã e, em tradução italiana, foi acompanhado por dois notáveis estudos dos professores Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi da Universidade de Bolonha. *Partes de*

África terá sido, nas suas convergentes opiniões, um dos primeiros — talvez o primeiro — romance português escrito de uma perspectiva póscolonialista. Em Portugal, antes de ser publicado pela Editorial Presença (que a partir de então tem sido a editora de virtualmente todos os meus livros) foi rejeitado por outra editora, a Dom Quixote, que aliás também tinha recusado publicar José Saramago. Ao menos nisso estou em boa companhia...

Não menciono estes factos para me congratular ou para me lastimar, mas porque me permitem sugerir que uma perspectiva ideológica póscolonialista só pode resultar de um processo de emancipação psicologicamente difícil e geralmente lento. As minhas circunstâncias pessoais talvez tenham tornado esse processo comparativamente mais fácil e mais rápido para mim. E também certamente o facto de, tanto o meu republicano avô maçõn quanto o meu circunspecto pai cumpridor das leis, cada um à sua maneira, terem sido homens bons, que genuinamente trabalharam para o benefício das populações africanas sob a sua jurisdição. Depois de ter estado instalado, em governativo esplendor, na Ilha de Moçambique, o meu avô foi punitivamente transferido pelo Estado Novo para uma zona mortífera de Angola. Depois de ter sido Administrador do Concelho de Lourenço-Marques, o meu pai foi gradualmente promovido a cargos superiores e prosseguiu a sua carreira colonial na Guiné, em São Tomé e de novo em Moçambique, até poucos anos antes da independência.

Partes de África é, em grande parte, a consequência das minhas amigáveis querelas com o meu pai. É um livro de reconciliação. Mas creio que só o teria podido escrever depois da sua morte. Como também só depois de Portugal ter deixado de ter colónias. Há uma passagem que sintetiza as nossas recorrentes discordâncias. Escrevi o seguinte:

... as nossas discussões tornaram-se ferozes, dizíamos um ao outro o que seria imperdoável se alguma vez tivesse sido necessário perdoar. Continuaram até ao fim da vida dele, embora nos últimos anos em parte porque não tê-las o teriam feito sentir-se nem sequer com passado. Ou assim julgava eu, por julgar que tinha ganho. Mas antes, ao longo dos anos, o meu tema favorito e infinitamente modulado em variações só um pouco mais

subtis, é que ele era o polícia bom que alterna com o mau, o médico que vai remendar o prisioneiro antes da próxima sessão de tortura, a justificação moral da imoralidade do colonialismo. E ele perguntava-me o que é que eu e os outros como eu, expatriados dentro e fora do país, tínhamos conseguido fazer por quem quer que fosse com a nossa superioridade moral. Ele alimentara populações, vestira-as, educara-as, protegera-as quando precisaram de protecção, abriu estradas, fizera escolas e hospitais, contribuíra pessoalmente para poder vir a haver os novos países a haver. «E tu?, que nem sequer podes ir à loja comprar pão na língua em que dizes ser escritor porque preferes viver num país em que outros, piores do que nós, te toleram por inofensivo?» Parávamos quando o tom começava a corresponder às palavras, mais amigos por termos conseguido parar, mais cúmplices pelo pânico que tínhamos gerado em quem tivesse calhado ouvir-nos e, incrédulos da tolerância dele mais do que do meu atrevimento, logo nos via calmos e sorridentes, whisky na mão, assiduamente concordando a pretexto de qualquer trivialidade — marcas de carros, misturas de café — que servisse de sinal de tréguas até novo recontro...¹

Mas, tivesse sido assim ou não, quando escrevi *Partes de África* Portugal ainda estava dominado pela ressaca da guerra colonial, manifestada em obras tão importantes quanto foram as de António Lobo Antunes, de João de Melo ou de Lídia Jorge. E o Brasil já havia muito se tinha emancipado do seu passado de nação colonizada. Actualmente, notáveis escritores portugueses mais jovens, como por exemplo Dulce Maria Cardoso e Vasco Luís Curado, revisitaram o passado colonial português de uma inovadora perspectiva póscolonial. E os estudos fundamentais de Margarida Calafate Ribeiro preservam a memória do passado naquilo em que esse passado se tornou no nosso presente. Mas isso ainda não tinha acontecido quando escrevi *Partes de África*.

Noutro encontro de escritores — no Brasil, com o título *Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa* — pediram-me que fizesse um

¹ Pp. 56,57.

comentário sobre esse meu romance. Também participaram no encontro José Saramago (que aliás nunca escreveu sobre as colónias ou sobre a guerra colonial, sem por isso ter sido menos póscolonialista) e a congenitamente póscolonial escritora caboverdeana Orlanda Amarílis. Vou reproduzir aqui uma parte do que então disse para chegar ao que ainda talvez possa dizer sobre as questões levantadas pelo livro. Comecei por fazer, como agora, algumas considerações sobre a contrastante recepção do livro no Brasil e em Portugal, acentuando o seguinte:

Na verdade acontece que o meu romance *Partes de África*, que em Portugal causou alguma perplexidade quando não mesmo um certo desconforto, está a ser estudado sobretudo no Brasil. Haverá várias razões para que assim tenha acontecido e não me compete avaliá-las. Direi apenas que, se a atenção crítica brasileira me lisonjeia, a perplexidade portuguesa também não me desagrada, por ambas sugerirem que de algum modo terei alcançado nesse livro o meu propósito de significar a diferença dentro da semelhança e a semelhança dentro da diferença. Creio aliás que, em termos abstratos, é esse o tema central do livro, manifestado na sua estrutura, nas relações entre várias personagens, nas referências a outras obras e, muito especialmente, nas articulações entre o factual e o fictício — o recordado e o imaginado — ou seja, entre a História e a Literatura.

E, depois de comentar mais amplamente as semelhanças e diferenças entre a imaginação e a memória, ou entre a Literatura e a História, resumi as características do livro nos seguintes termos:

A organização estrutural e estilística que escolhi em *Partes de África* — ou, mais propriamente, que a minha matéria literária me foi fazendo escolher — resultou, muito esquematicamente, nas seguintes características: um tratamento ficcionalizado das situações e das personagens. Capítulos breves contam episódios auto-suficientes, cuja justaposição determina uma sequência cronológica que corresponde à idade do autor, aos últimos cinquenta e tal anos do colonialismo português e envolve três gerações

da família do autor. Personagens verificavelmente reais entrecruzam-se com personagens provavelmente fictícias, e acontecimentos históricos factuais com situações imaginárias. Incorpora um fragmento de romance atribuído a uma personagem, o qual por sua vez é uma transposição para a Lisboa salazarista de outra ficção; dois poemas; um relatório colonial atribuído ao pai do autor; uma comunicação do próprio autor a um colóquio universitário no Rio de Janeiro. As partes africanas designadas no título incluem Portugal e não excluem o Brasil. A construção estilística integra fragmentos não identificados de frases de outros autores: Bernardim, Camões, Sterne, Stendhal, Garrett, Lewis Carroll, Machado de Assis, Cesário Verde, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa...

A obra termina em suspenso mas o último capítulo remete ao primeiro.

Memorialismo, autobiografia, História, metaliteratura? Não, apenas literatura, apenas ficção. Como qualquer romancista, contei estórias, verdadeiras e fingidas, sobre gente real e imaginada. E, como qualquer romancista, utilizei a minha própria experiência biográfica para poder contar no plano fictício onde a imaginação e a memória se encontram e mutuamente se fertilizam. Quando pessoas que conheci e acontecimentos que presenciei ou me contaram serviam a minha imaginação, utilizei-os como os recordava; quando a minha memória precisava de outras pessoas e de outros acontecimentos, inventei-os como os teria recordado. Se alguém que nunca existiu coexiste num romance com alguém que existiu ou, por maioria de razão, com o personagem biograficamente reconhecível do eu autoral que sobre eles está escrevendo, é porque todos eles se tornaram ficções, incluindo o personagem do eu autoral. Ou então, como estratégia de verosimilhança literária, todos se tornam reais. Poderia ter seguido a diversa estratégia literária de fundir várias personagens numa só, transpor vários acontecimentos para o mesmo lugar, e contar tudo na terceira pessoa para criar uma aparência de unidade e de objectividade, como num romance realista. Mas preferi justapor a continuidade fragmentada dos destinos colectivos à continuidade multifacetada do meu percurso individual. O que o torna ainda mais realista, porque torna patente a perspectiva autoral. Falei menos de

mim do que a partir de mim. Ocasionalmente intervim no que estava a escrever para explicar o como e o porquê do que estava a escrever. Mas as explicações nem sempre são verdadeiras. Tudo o que nele digo só é verdadeiro porque é fictício, mesmo quando me disfarço num eu autoral cujo disfarce é não se disfarçar. Falei de um mundo onde a retórica das verdades absolutas levaram a toda a espécie de tiranias e de monstruosidades, mesmo quando bem-intencionadas. Fui testemunha. Mas nunca me esqueci de que estava a falar agora, para outro mundo, um mundo sem a mesma retórica e sem as mesmas convicções mas onde equivalentes tiranias e monstruosidades também se tornaram em rotinas da indiferença quotidiana. No espaço autobiográfico entre esses dois mundos, a ironia substituiu a inocência e as interrogações substituíram as certezas. É, em suma, um romance do póscolonialismo cuja matéria é o colonialismo.

Assim disse nessa ocasião. Pois bem. E agora?

Agora — digo eu agora em conclusão — para que o póscolonialismo também se torne irreversível nas antigas colónias, é necessário que elas reconheçam, nos seus próprios termos, que só existem como os países independentes que são por terem sido as colónias que foram. As fronteiras nacionais de todos esses países são as fronteiras coloniais. As nações que houvesse no pré-colonialismo não teriam sido as nações que há no póscolonialismo. É disso significativo que, por exemplo, das várias etnias africanas que integram Moçambique só os macuas são exclusivamente moçambicanos. Todas as outras etnias extravasam as fronteiras póscoloniais da moderna nação moçambicana. Por outro lado, quando se observam as estruturas do poder político, em vários desses novos países, nota-se um corruptor predomínio de uma pequena elite económica e cultural sobre a vasta maioria da população. Que assim continua marginalizada. E sem a sua participação económica e cultural dificilmente poderá vir a haver um desenvolvimento salutar nesses países. Tal como não houve, e ainda não há suficientemente, no país de que foram colónias. As novas estruturas do poder nacional (incluindo a macrocefalia urbana em contraste com o empobrecedor esvaziamento do resto do país) parecem estar a exacerbar as estruturas do antigo poder colonial. Mudaram os governantes, que são agora exclusivamente nacionais,

como lhes compete, mas nem sempre mudaram as mentalidades. Por vezes parecem querer governar o seu país como se de uma colónia se tratasse. Até com manifestações de racismo que, lá por ser racismo anti-branco, nem por isso é menos racista do que o racismo anti-negro. Talvez que nessa geração de governantes africanos, que é predominantemente a velha geração dos antigos combatentes contra o poder colonial, ainda haja quem esteja a padecer de uma ressaca equivalente àquela que os seus antigos colonizadores, nestas partes de África que foi o Portugal colonialista, também manifestaram nas décadas subsequentes às guerras coloniais. Mas há também, cá como lá, novas gerações, com novas mentalidades já incontaminadamente pós-coloniais. Acresce, além disso, que o próprio póscolonialismo é um tempo de transição, não é o fim da História, porque a História só poderá ter fim se deixar de haver História. E assim talvez também — espero e desejo — as futuras gerações dos nossos respectivos países em breve já não precisarão de ser sequer póscolonialistas para poderem assumir um partilhado passado histórico no seu diferenciado presente nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO:

- | | |
|---|--|
| Helder Macedo, <i>Partes de África</i> , Editorial Presença, Lisboa 1991 | Phillip Rothwell, «Farewell to the Father: Metaphors, Triangles, and the Missing Ink in Helder Macedo», <i>A Canon of Empty Fathers: Paternity in Portuguese Narrative</i> , Associated University Presses, Massachusetts, 2007 |
| «Dossier: <i>Partes de África</i> », <i>Remate de Males</i> , 12, UNICAMP, Campinas, SP, 1992 | |
| <i>Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa: Helder Macedo, José Saramago, Orlanda Amarílis</i> (org. Tania Franco Carvalhal e Jane Tutikian), UFRGS, Porto Alegre, 1999 | «Parti, pater, patria: <i>Da qualche parte in Africa</i> e il Portogallo dopo l'impero» & «Il Portogallo che avrebbe potuto essere e che non è: Helder Macedo, l'autore e l'opera», Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi (prefácio & posfácio); Helder Macedo, <i>Da Qualche Parte in Africa</i> (tr. Chiara Magnante e Agnese Soffritti), Edizioni Diabasis, Bolonha, 2010 |
| <i>A Experiência das Fronteiras: leituras da obra de Helder Macedo</i> (org. Teresa Cristina Cerdeira), EdUF, Niterói, 2002 | |
| Claudio Guillén, «Helder Macedo: literatura y inteligencia», <i>De leyendas y lecciones (Siglos XIX, XX y XXI)</i> , Critica (letras de humanidad), Barcelona 2007 | |

JOSÉ - AUGUSTO FRANÇA

A P R O P Ó S I T O D E C O L Ó N I A S

Em princípios de 1945 tomei o pacote de África e, depois de ter adquirido um capacete em S. Tomé, desembarquei em Luanda. Melhor dizendo, ao largo da cidade que ainda não tinha cais, e acostei a bordo dum gasolina, rente às obras do porto, onde negros enfaixados de serapilheira e luzentes de suor acarretavam pedras enormes.

Assim foi para um jovem saído de Histórico-filosóficas.

Hotel Avenida, aliás o único decente da cidade, entradas no Rumba-Bar (por que era conhecido o Palácio do Governo geral, então a cargo dum comodoro da Armada), noitadas no bar da Restinga, boa conversa na tertúlia do Dr. Videira, alguns involuntários «bridges», de convite, dias inúteis de escritório, estadas na fazenda de assucar do Bom Jesus, viagens às fazendas de café do Golungo e pelo interior das terras, a visitar casas de comércio branco a comprarem algodão cultivado pelos pretos e a vender-lhes o necessário e o supérfluo de óculos para o sol; e a ver pagar aos chefes de posto tanto por cabeça de indígenas obrigados ao «contrato», com recomendação oficiosa de Luanda, compensada também. E uma longa viagem a Cabinda pelo Maiombe dentro... Disso tudo tirei alguma leitura que me permito citar.

Este texto que me pedem é feito de experiências e não de opiniões. No caso, a única que tive foi quando escrevi, em 1975, que tínhamos colonizado mal e descolonizado pior. Fui muito criticado por isso, por uns e por outros.

Da colonização tenho a experiência dita, que me deu assunto senão inspiração para um romance escrito logo em 1947 e publicado em 1949, pelo Castro Soromenho, numa editorial brasileira de que dirigia a sucursal portuguesa. Teve elogio de Jorge de Sena numa longa crítica então publicada (e de Eduardo Lourenço, para a 3.^a edição, de 1982) mas, tendo sido um resumo destinado à revista *Ver e Crer* (de Mário Neves e José Ribeiro dos Santos), que assim regularmente distinguia romances recentes, proibido pela Censura, e supondo isso ameaça de apreensão do livro pela Pide, ele foi retirado de venda e embarcado para o Brasil. Uma 2.^a edição, feita na Arcádia, por iniciativa de Fernando Namora, saiu em data do desencadeamento da Guerra Colonial e, estando eu em Paris, recebi aviso de amigos para que não regressasse. Mas não foi dessa...

A 4.^a edição, em 2005, na Imprensa Nacional (clássico «oblige»...), inclui uma adaptação cinematográfica planificada que já em 1949 fizera e que ficara inédita, numa gaveta. Houve entretanto, interesse por levar ao ecrã a *Natureza Morta*, por duas vezes, até com um contrato firmado — mas sem consequências. Que nem em Portugal nem em Angola tal filmagem se poderá (ou poderia?) realizar. O que tem que ver, obviamente, com o colonialismo e descolonialismo, tema desta conversa.

Natureza Morta (permito-me informar ou lembrar) conta de uma lisboeta que casa por procuração com um gerente de fazenda africana e vai viver o pior, num destino cruzado com o dum negro batido e suicidado por castigo de se ter queixado de fuba podre dada em alimentação. A fazenda, conheci-a bem (fiz mesmo o seu levantamento cadastral), a sua gente também, a protagonista imaginei-a; de um caso de fuba podre, soube. Da Júlia, muito mais tarde contei do seu regresso a Lisboa (ou Oeiras), já viúva.

Na minha altura angolana, escrevi ainda alguns contos, da chegada de um colono neófito (via-os chegar eu...), duma fazenda abandonada na Muchaúla (com piano que ficara apodrecendo na casa — que vi em viagem), de um velho que conheci, fascinado, no Maiombe, depois de uma catástrofe a que assistira. Tudo experiências havidas... E também contei de uma baixela (publiquei no Brasil) que, em visita ministerial (de Marcelo Caetano, em 1945) era enviada para as sedes do interior para enobrecer as

recepções oficiais, e que (ideia minha!) ficou pelo caminho, numa avaria da camioneta... Tal era prática corrente: o Otelô Saraiva de Carvalho confirmou-o em público, numa conferência minha, recente, porque, jovem tenente, tivera tal encargo, na Guiné. Não fui, porém, capaz de acabar uma peça de teatro passada num hotel pobre e triste de N'Dalatando...

... Esta a África que conheci, algo privilegiado socialmente, é claro. Mas certo foi que, já regressado, fui corrido da sinecura do conselho fiscal da Companhia, à publicação do romance.

Meio século depois (quando me interroguei sobre o destino da Júlia da *Natureza Morta*), publiquei ainda dois contos de África: um episódio da guerra no mato (de que me envergonho, por não ter estado em Angola assim e não ter direito de o fazer!), e um outro vendo (e também o Ricardo Coração-de-Leão do meu romance de 2007), no passeio ocidental do Rossio, nos tempos seguintes à descolonização de 1975, tantos homens retornados, de olhar vazio e passos inúteis... Já os vira, no verão dramático, desembarcar em Armação de Pera onde eram recolhidas famílias regressadas em aflição... E ainda há pouco (se não ainda hoje) é no passeio oriental da praça, e pelo terreiro do palácio Almada, que se vêem os outros, os naturais negros das colónias, entre eles se falando ou calando. Haverá literatura deles? Aliás, no palácio tinham abrigo os soldados estropiados na guerra.

Colonizámos mal e descolonizámos pior, será?

Alguém terá sabido como fazer, entre as ideias unionistas de Spínola e as de Miller Guerra que, por lhas ter oposto, não foi o primeiro-ministro da II República? Mo contou ele. Aliás, as primeiras declarações da Junta de Salvação Nacional na manhã de 26 de Abril, foram omissas sobre a guerra colonial.

Alguém teria podido fazer algo antes?

É por outra experiência, de historiador (muito atento isso sim, às artes como elemento sempre componente — mesmo que sem a exigência de Diderot), que posso lembrar várias passagens de outros livros meus. Experiência indirecta, se diz, que, como perguntava o Eça ao Oliveira Martins se «estava lá, se viu», é por ouvir dizer ou ler que se pode saber nesta experiência fabricada em que tenho também andado. Assim, numa

história de Lisboa «física e moral», em 2008, dei conta de uma «Praça dos Escravos», ribeirinha, nas urbanizações manuelinas. Esses escravos, trazidos de África (ou do Congo), enxameavam Lisboa, conforme testemunhos de viajantes e sabe-se que podiam dar assassinos a soldo, pela Lisboa barroca dentro. Lamento não saber, por falta de estudos apropriados, a percentagem de mão-de-obra negra na reconstrução de Lisboa, quando foi caso disso, após o Terramoto; mas será importante sabê-lo.

Um *Guide* alemão de 1793 informa que um quinto da população era então negra ou mulata, de escravos ou cruzamentos populares (e não só), que vieram a dar, em empregos de casa ou de rua, uma pequena população complementar e mais ou menos assimilada (ou assimilável), pelos princípios de Oitocentos — com estatísticas duvidosas para uma sociologia que se pretende estabelecer, pelos bairros da capital.

As imagens de costumes populares, de L'Evêque, Delerive, Doumet ou do Godinho, não fazem menção de negros — ou só, que eu notasse (e pude expô-las numa vasta mostra de «D. João VI e o seu tempo», em 1999), uma mulher carregando o lixo (?), de Doumet, cerca de 1806. Mas aias havia nas casas nobres ou burguesas, e continuou a haver, vindas, indirectamente e já do Brasil, a maior parte das vezes, por importação familiar.

A pintura não foi aberta a modelos negros e o quadro do realista Lupi, cerca de 1880, provocou escândalo...

A literatura também não, e, em 1868, o *Mário* de Silva Gaio, levando o seu herói a África, em simpática deportação política, põe pela primeira vez em cena (notei-o, escrevendo sobre o Romantismo cem anos depois — mas creio que sem eco maior no caso) um negro «ser estúpido, selvagem, colocado no último degrau da escala humana», que se dedica ao herói branco, «a luz do espírito que descia sobre o negro»...

Em 1851, porém, Fontes fizera criar um Conselho Ultramarino, cinco anos depois fundou-se uma Associação Promotora da Civilização em África (terá sido entretanto estudada?). D. Pedro V pensava, em 1855, que talvez nas colónias se encontrasse a salvação da pátria...

Em 1853 apareceram duas traduções da famosa *Cabana do Pai Tomás*, e três anos depois terminou o processo da abolição da escla-

vatura nas possessões portuguesas, iniciado em 1836 por Sá da Bandeira que inspirou, em 1839, ainda Livingstone não partira para as suas explorações, uma Associação Marítima e Colonial (que suponho também não ter sido estudada). Um Banco Ultramarino, uma Sociedade de Geografia (a propósito: salvem-lhe agora o direito de arrendamento ameaçado pelas novas leis), a Casa Africana, com o seu preto da minha meninice... — foram sinais de meados do século, ao final do qual, Eça de Queirós para lá simbolicamente atirou o seu triste Ramires, para redourar o velho brasão, acrescentando-lhe, porém, ao regresso, um casamento rico...

Em outro trabalho, já de 2014, abordei várias Áfricas, através da prosa do meu Conselheiro Adalberto. Foi o tratado de Lourenço Marques, tão fatídico, em 1879 (que já vira nas revistas de Bordalo), foi o *Delenda Albion* de Lopes de Mendonça (sempre ela, a pérfida...), foram os regressos festejados de Capelo e Ivens (e o seu *De Angola à Contra-costa*) e de Serpa Pinto, em 1885 e 86, e deste outra vez, em 1890 — no triste ano do Ultimatum. Pobre Conselheiro Adalberto nas suas padecidas *Memórias!*... Acompanhei-o então nos seus comentários e nas suas queixas coesamente vividas.

Mas, em 1998, dei-me a examinar o ano então secularmente comemorado e foi o centenário da Índia de Vasco da Gama; mas também o regresso laureado de Mouzinho, e a sua desgraça político-colonial. E nesse ano abordado de 1898, também, ao fim esteve a grande sorte diplomática, de D. Carlos e do Soveral, *Moçambique in extremis* intitulei o capítulo. «A África só servia para nos dar desgostos», e só era «boa para vender», lia-se na *Ilustre Casa de Ramires*, e a opinião do «vendamo-las», de Ramalho Ortigão, de havia então trinta anos, ressoava ainda, no acordo feito a expensas dos boérs. Que, aliás, Mouzinho sonhou ir defender, de espada em punho, num comando de tropas...

E lembro-me bem, igualmente, do patriotismo colonialista de Rafael Bordalo, que estudei nos seus desenhos fundamentais da vida nacional. Era, aliás, a posição dos Republicanos. E continuaria a ser ainda a meio do século xx...

Na minha experiência «de visu» não posso incluir a Exposição Colonial do Porto, em 1934, obra do então tenente Henrique Galvão, mas assinalo (como já o fiz) que ela não teve a anunciada repetição em Lisboa, no ano seguinte. Em 1936, sim, visitei no Parque Eduardo VII, a exposição do «Ano X» da dita «Revolução Nacional», onde a parte colonial era mínima, em metade só, de uma das nove salas de arte e documentação. Nem uma pintura lhe foi dedicada, entre muitas. Mas saiu então, da imaginação fértil de Henrique Galvão, para proveito de todas as escolas do país, um mapa da Europa totalmente coberto pelas superfícies das colónias portuguesas — que «Portugal não é um país pequeno»!

Em 1940, sim, muito andei pela Exposição do Mundo Português que foi programada por Salazar, numa notável realização artística, com os melhores arquitectos, pintores e escultores a colaborarem. A África entrava historicamente de várias maneiras, por ilustração de uma ideia que, pensada em 1938, tivera, entretanto, uma guerra, já de anúncio universal, a pô-la em causa. Cidade de História em sítio de Paz, ela ergueu-se «grande cemitério» (Saint-Exupéry) de «gente sem idade» (Simone de Beauvoir)...

Nela, as Áfricas eram o que eram, ou tinham sido, reflectidas no grande lago da praça central, «do Império» (ainda hoje), que os brasões das famílias dos navegantes e conquistadores rodeiam heraldicamente.

Mas, a uma ponta, as «aldeias indígenas», mesmo que pitorescamente, davam a ver outra África para ali trazida e ficticiamente aldeada. Torpemente, se pensará, que não então...

Tive ocasião (ou ocasiões, que também o fiz em cenário de romance) de estudar o magno empreendimento, que foi momento simbólico da história de Lisboa.

Nos *Anos Vinte* (quando os estudei em 1992) interessou-me especialmente a «era Alves Reis» — que foi de meia dúzia de anos emocionantes, em Angola e Metrópole. E ainda hoje se pode (ou deve) discutir o caso financeiro, à luz do jogo contínuo das bolsas mundiais! Que então António Sérgio tenha oposto, em ensaio fundamental, as políticas de «fixação» e de «transporte» — que nos serviu isso até hoje em que, sem já contarmos com a segunda, temos as mesmas dificuldades de assegurar a primeira?

Depois, abordando (em 2010 e 12) os *Ano X* e o *Ano XX* do Estado Novo, comemorados em 1936 e 1946, fui levado a analisar «O Império Colonial» — a começar na 1.^a Conferência Imperial de 1933, aberta com o discurso de Salazar sobre a «unidade jurídica política a caminho da unidade económica». Desse ponto de vista nunca o Chefe se apartou até ao fim da sua vida, reagindo logo a fanfarronadas do Duce ou ameaças veladas do III Reich, e esforçando-se por obter, enfim, garantias do «Foreign Office» de Eden, no fim de 1936. Referi então o *Acto Colonial* de 1930, em 1933 primeiro Decreto-lei do Estado Novo, o Salazar ministro (interino, por assim desejar) das Colónias, a 1.^a Conferência Imperial de 1933, a Carta Orgânica do Império Colonial do mesmo ano, um Conselho dele e logo depois a Exposição do Porto, com mais Congressos coloniais de Agricultura, Antropologia, Militar, Ensino, Colonização, e uma Semana das Colónias vivificada, que vinha de 1927, como uma Agência Geral das Colónias e a Escola Superior Colonial, então em primeira reforma.

Houve também um cruzeiro de férias para universitários tomarem (com Marcelo Caetano) conhecimento das colónias, e um cruzeiro aéreo em missão de soberania, mais ou menos tecnicamente bem-sucedido. E ainda, em 1936, foi criada a Junta de Investigações Ultramarinas, houve uma conferência de Altos Estudos Coloniais — e uma 1.^a Conferência Económica do Império Colonial Português que Salazar abriu, considerando os seus problemas como «grandes problemas nacionais». «Que se seja patriota por necessidade quando se não é por disciplina ou virtude» — foi a lição final. Grandes palavras!

Uma Exposição Histórica da Ocupação no século XIX, teve em 1937, endereço internacional, como, depois, o Congresso Histórico da Expansão dos Portugueses no Mundo. E o Presidente Carmona foi embarcado em viagem de soberania, em 1939 regressando incólume, havendo guerra: e por isso teve «Te Deum» na Sé.

Em 1946 (continuo a lembrar que falo só de experiência, aqui de historiador) estava-se em pleno período de descolonização mundial, marcada pela conferência de Brazzaville de 1944, e já pelas cedências da Inglaterra (ou seja do Império, esse sim, britânico), da França, da Holanda, obviamente da

Itália, e da Bélgica — onde o Congo, dado inicialmente ao rei Leopoldo II, ao seu dono valeria a primeira acusação de «crimes contra a Humanidade». Que muitos outros, ainda recentemente, tem havido no Continente! «Common Weath» e «Union Française» eram situações do mal o menos, que à visão política de Salazar não podia convir moralmente — mesmo que, já em 1945, no Norte de Angola houvesse distúrbios (e deles ouvi eu discutir em Luanda). O ministro de então, Marcelo Caetano, andou cinco meses em viagem de soberania (e cruzei-o em Luanda, e a Henrique Galvão, inspec-tor superior das Colónias e seu inimigo jurado); publicou um *Memoradum*, sobretudo relativo a Moçambique e à África do Sul — que não foi distri-buído, não valendo muito a pena da leitura...

Caetano quis deixar a pasta pouco depois — tendo embora declarado à imprensa britânica que a colonização era geralmente «próspera», não havendo nela (que havia, vi-os eu...) «poor whites» — que também havia na Metrópole, em bairros da lata da capital... A *Seara Nova* pode criticá-lo então, discretamente é certo — mas significava isso autorização de Salazar via Censura...

Várias reformas e acções se registam então: Direcção Geral de Ensino, Gabinete de Urbanização Colonial, incentivo a instalações industriais, uma Carta Orgânica do Império Colonial, nova designação de «Províncias Ultramarinas», mas Ministério do «Ultramar» só em 1951 — e Estatuto do Indígena só em 1961, nas vésperas da guerra anunciada. Que foi em 1962, no ano em que a França resolveu o problema da Argélia.

Neste período candente, perante a ONU e os Estados Unidos, nas per-turbações políticas internas de ao fim da guerra, Salazar, dirigindo-se à sua União Nacional, em Fevereiro de 1946, só uma vez falou em «Império», e, em Novembro, na 2.^a Conferência do partido, o tema foi omitido. Importa avaliar tal posição (ou situação), observando que na 1.^a Conferência, em Novembro do ano anterior, Salazar não consagrou mais de cinco minutos ao problema colonial. E importará saber porquê.

Do período de 1945-46 (ou de 1951, denominação do Ministério do «Ultramar» — que os nomes, sabe-se na História, têm poder ideológico senão encantatório...), até à eclosão da guerra, em 1962, não tenho eu

experiência directa ou indirecta de historiador. Ou só posso lembrar conversas ocasionais em Paris, cerca de 1960, quando lá vivi, com o «embaixador» de Angola Câmara Pires (que conheci através de Castro Soromenho exilado). E de lá terá feito discutir o projecto de «Comunidade de Estados Portugueses» que Jorge de Sena, exilado no Brasil, publicou em 1960, no jornal de S. Paulo *Portugal Democrático* — isso com largas menções na nossa *Correspondência* editada em 2007.

De outra experiência minha falo, ao termo desta comunicação, de espectador ou leitor. Mas cumpre-me, antes, lembrar duas outras, de anos 1980.

Foi então (1984) que, no Centro Cultural da Fundação Gulbenkian, que dirigia em Paris, organizei, com os Professores J. M. Massa (da Universidade de Rennes) e Manuel Ferreira (da Faculdade de Letras de Lisboa), um colóquio sobre «Les Littératures africaines de langue portugaise» (que foi editado), com 72 colaborações e participação oficial de S. Tomé e Guiné — não tendo, infelizmente, Luandino Vieira tido autorização para sair de Angola... Ainda então, sendo presidente da AICA (Association Internationale des Critiques d'Art, ONG da Unesco), fiz fundar em Luanda uma secção, primeira em África, desta instituição, que, na verdade, não deu mais sinal de vida.

Se as artes e letras são sinais incontornáveis da situação histórica, às obras de Eduardo Malta, ilustrador mavioso da Exposição Colonial de 1934, devemos opor a pintura de Malangatana — a quem fiz dar o prémio nacional da AICA em 1997. No cinema, o *Feitiço do Império*, do Lopes Ribeiro, em 1939, foi, na medida do possível da Censura, troçado por Roberto Nobre n' *O Diabo*, ao reparar que o bom sucesso do colono, fiel protagonista, fora somente devido à Sorte-Grande que lhe saiu — o que, para justificação colonial... Do mesmo, *Angola, uma Nova Lusitânia* (quem ainda o terá visto, em 1944?) não «pegou», nem o falhado *Chaimite*, de Brum do Canto, em 1953, que incensava Mouzinho. Valerá a pena opor-lhe a *Costa dos Murmúrios* de 2004, tirado do romance de Lídia Jorge, de 1988 (é claro que tenho pena da minha não *Natureza Morta...*) e aos romances de Henrique Galvão, o *Velo D'Oiro*, premiado oficialmente em 1933 (com mais dois, inferiores, em trilogia) deve opor-se a excelente *Terra*

Morta de Castro Soromenho, proibida em 1947, e o notável *Luuanda* de Luandino Vieira — que, em 1965, desencadeou tão enorme escândalo de violência policial...

Colonizámos mal? Mas a colónia de S. Tomé deu o último marquês à Monarquia, dito de Val-Flor, e riquíssimo de sua roça de cacau!

Descolonizámos pior? Mas Moçambique passou a fazer parte do «Common Wealth» e Angola produziu a mulher dita, actualmente, a mais rica de toda a África, na pessoa da filha do presidente em posto desde 1979; e Macau alcançou uma importância, em jogos de azar, quatro vezes a de Las Vegas!

A França continua sociologicamente a viver uma culpabilidade pós-colonial, perseguida pelo «fantasma da Argélia colonial», (meio) incapaz de «digerir a descolonização», como lá se diz. E o racismo continua a estar no «coração da América», cento e cinquenta anos após a abolição da escravatura, embora a sua denúncia tenha produzido, em 2015, um «best seller» record, e com o maior prémio literário nacional — à sombra de um presidente afro-americano.

Racismo havê-lo-á em Portugal? Teremos, nós, também, fantasmas no armário? Alguém poderá ter opinião, estaremos nós presos, ainda, e sem anacrónicos arrependimentos que têm feito moda, nas «malhas que o Império tece» — já não havendo máquinas domésticas para as apanhar?

Jarzé, Janeiro 2016

DEBATE

NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

As intervenções dos quatro conferencistas trouxeram-me à memória algo longínquo: sou neto de um administrador colonial, sou filho de um militar que fez quatro comissões em África, nasci na Guiné, vivi a minha adolescência em Moçambique e portanto sou, de certa maneira, filho dessas malhas que o império tece e isso veio-me à memória com esta sessão. Como disse o Professor Helder Macedo também eu, na minha infância, não senti culpa; essa culpa vem mais tarde quando começamos a tomar conta de outras realidades mas eu julgo que uma das funções dos estudos pós-coloniais, ao trazer o conhecimento dessa realidade, é também libertarmo-nos dessa culpa. Porque, de facto, uma coisa é o pós-colonialismo como disciplina que vem dos Estados Unidos, o pós-colonialismo como estudo, e outra é o pós-colonialismo como atitude, como vivência e essa vivência pós-colonial exige de nós, pelo menos, duas coisas: que nos reconciliemos com o nosso passado, que o saibamos assumir e que saibamos relacionarmo-nos com ele e isso significa simultaneamente reconciliarmo-nos com o outro. Mas isto é tanto verdade para o colonizador como é verdade para o colonizado e penso que, nem de um lado nem de outro, este processo está nem de perto nem de longe concluído. E penso que estas «novelas» que se aludia há pouco das relações com Angola mostram-no muitíssimo bem.

Apesar do nosso caso da abundante literatura e um pouco menos abundante filmografia sobre a guerra e sobre o retorno — que são dois fenómenos fundamentais para que nos possamos reconciliar com o nosso passado

e com esse outro — apesar disso, estamos ainda longe de termos atingido essa atitude pós-colonial embora para lá, penso eu que caminhemos.

Mas não foi para isso que a responsável por este encontro, a Maria João me pediu que falasse, foi sobretudo para poder a partir das comunicações que foram feitas lançar o debate entre os convidados. E permitam-me lançar duas questões a partir daquilo que foi dito nas quatro intervenções.

O Professor Adriano Moreira, logo no princípio chamou a atenção para que o resultado do colonialismo foi basicamente foi a constituição de um império euromundista. Olhando para esses resultados, o resultado que são os Estados Unidos da América não é igual ao da Colômbia e o resultado do Brasil não é igual ao do Canadá e por aí fora. Ou seja, a minha primeira pergunta que é para todos bem entendido, é se o resultado final de uma colonização tem a ver sobretudo com o colonizador, com as características do colonizador, tem a ver com o colonizado ou se tem a ver com a natureza da relação entre ambos.

A segunda questão encontra-se ligada a esta e é sobre o caso português. Vimos que em Portugal como nos outros casos houve escravatura, houve indigenato, houve trabalho forçado, houve uma série de factos que eventualmente são comuns a outros colonialismos mas será que o nosso é igual ao dos outros? Ou será que existe uma especificidade no colonialismo português que o torna diferente de os outros? Há uma excecionalidade portuguesa ou não? São estas as duas questões que eu levantaria para podermos abrir o debate.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

A partir das palavras sábias que acabámos de escutar eu acrescentava mais um tópico que sai muito do que aqui foi falado: a minha reflexão ia mais no sentido de que nós temos que sair do passado e seguir no mundo contemporâneo herdeiro de todos estes pós-colonialismos sem nos centramos só no nosso. Sair do passado porque nós nunca seremos capazes de avaliar a nossa História, nós temos aqui atores da História mas nós temos uma relação muito emotiva e inevitavelmente temos as pessoas, e os atos ainda estão muito próximos. Digo isto por uma razão simples: todos aprendemos na escola, todos nós acreditamos nisso e não temos quaisquer dúvidas de que um elemento essencial para sermos o que somos hoje enquanto ocidentais é a herança romana. A romanização é ensinada a todas as crianças da Europa como um processo bom. Mas foi? Os legionários romanos que aqui chegaram eram pessoas boas ou uns facínoras que violaram e mataram durante décadas e séculos? Mas não recordamos nada disso hoje: hoje estamos agradecidos e temos muito orgulho em ser da civilização de origem romana. Porque passaram 2000 anos e só recordamos os benefícios que trouxeram e não na forma ínvia, cruel como boa parte desses progressos foram trazidos naquele tempo. Todos nós gostamos dos romanos porque não tivemos que com eles conviver; também gostamos muito da herança árabe porque já passou ao lado, passaram há 1300 anos e temos a herança material mas não temos que contactar com o gume da espada árabe.

As memórias da guerra são sempre duras mas eu convido a que tenhamos ter um outro olhar e a perceber os fenómenos históricos em si sem

culpabilidades. Penso que a questão da culpa não faz sentido. Eu não me sinto culpado nem orgulhoso do passado. Sei que sou português mas não quero nunca por isso achar que os méritos dos portugueses do passado são os meus; eu sei é que isso me ajuda a ter uma noção de História, só isso. Creio que era importante que o mundo se tentasse despegar dessa culpabilidade, pois somos muito moralistas em relação ao passado esquecendo que, muitas vezes, o nosso presente é tenebroso.

Realçando o que disse o Professor Eduardo Lourenço gostaria de chamar a atenção para a questão da identidade e ao facto de considerar a guerra colonial como uma espécie de última cruzada. Esta identidade acerca do império é de tal maneira forte que, já em 1449 Piero Poggio Bracciolini, um dos maiores humanistas do seu tempo, elogiava o Infante D. Henrique pelos Descobrimentos, e que D. João V há 300 anos atrás quando enviou uma embaixada a Roma, o tema que podemos ver nos magníficos coches no Museu dos Coches mostram a metáfora do rei, que aquilo que D. João V quis dizer foi «Nós somos o primeiro império». E lá está o Adamastor com a pata portuguesa em cima dele, e lá está Lisboa capital do império e lá está a memória e, portanto, que há 300 anos que celebramos o império e lembrar para as questões da culpa de que até 1945 nenhum reforço da política portuguesa era contra o império: pelo contrário, já aqui foi dito também «triste ano 90 do Ultimato»; ainda hoje estamos zangados com os ingleses que nos deram Angola e Moçambique que não tínhamos, diga-se de passagem. É uma das coisas mais incríveis que a propaganda republicana de há 120 anos continue a funcionar perfeitamente e o senhor D. Carlos continue a ser massacrado por ter feito aquilo que devia que era ter aceitado o Ultimato inglês.

E para terminar lembro duas coisas: de tal maneira o império está entranhado, e por isso é que se foi tão facilmente para a guerra em 1961, porque todos os que foram para a guerra nessa altura tinham aprendido na escola que, de certa maneira, Portugal era maior do que a Europa — o célebre mapa *Portugal não é um País Pequeno* —, é lembrar um filme que o Estado Novo criou nos anos 40 de Novecentos. É um filme patrocinado e deixado passar pela censura sobre um golpe de Estado do PCP. Como

filme do Estado Novo é claro que o militante do PCP que devia de rebentar com a bomba que iria dar origem ao golpe de Estado arrepende-se, olha para a bandeira e arrepende-se, é inevitável, mas o que tem de interesse era qual era a forma como o PCP ia criar a revolta popular: e ia criar a revolta fazendo passar o boato de que Salazar ia vender Angola para fazer a Ponte sobre o Tejo. Repare-se a força que o império tem nos anos 40 mesmo junto de forças como o PCP. Este é que é Portugal que foi para a guerra colonial.

A História ensina-nos que não há nada universal no mundo, nós temos culturas diversificadas, aprendemos também que o facto de convivermos uns com os outros não significa que esses outros se entranhem na nossa cultura e portanto quando queremos que no mundo toda a gente seja uma coisa que achamos certa, quando queremos impor uma determinada demanda estamos a ser coloniais.

ADRIANO MOREIRA

Daquilo que ouvi vou atrever-me a chamar a atenção para pequenos detalhes que ajudarão a colocar a culpa de lado, bem como a compreender a diferença que há na tal relação com o fenómeno da colonização e a evolução da estrutura da política mundial que obriga a mudar o sistema.

Dito isto surgem duas questões distintas:

Como é que nós, Portugal, lidámos com a colonização?

Como é que a dependência da estrutura internacional obrigou Portugal a evolucionar?

E Portugal foi sempre um país que precisou de apoio externo. D. Afonso Henriques declarou-se súbdito do Papa, e obrigou-se a pagar 4 onças de ouro por ano, mas o cronista diz que nunca pagou por esquecimento muito bem lembrado.

Em seguida, precisámos da aliança inglesa e essa pagámos e nunca mais nos esquecemos como acaba de ser lembrado. E depois veio a questão do Império que nos obrigou a procurar outros apoios. Ora na questão do Império é preciso lembrar que houve pessoas, independentemente do regime, que perceberam que a estrutura internacional ia mudar e que o país teria que se adaptar à mudança. Fala-se sempre no capitão Henrique Galvão: o importante não foi o pacote Santa Maria; o importante não foi o relatório que nunca foi divulgado; o importante foi o discurso que ele fez na Assembleia da Nacional. Eu assisti, ainda jovem, e a sua intervenção foi de tal ordem que passados vinte anos, em que tive responsabilidades pessoais, tudo o que ele havia dito era verdade e a correção não foi feita.

Há outro homem que intervém: chama-se Botelho Moniz: ele percebeu que a estrutura ia mudar e, como sabem, houve um movimento que ele dirigiu e que só não triunfou porque era militar. Por quê? Porque estavam todos reunidos, o governo foi mudado, e os generais reunidos disseram «O Senhor perdeu a legitimidade para nos dar ordens» e foi tudo para casa. Se fosse um ministro civil dava ordens mas o que esse homem previu, penso eu, não foi atraiçoar o país: ele percebeu que a estrutura internacional ia obrigar a uma readaptação a que tantas vezes fomos obrigados a fazer. Mas também do lado civil: é pouco ignorado que o grupo de Margão, constituído pelos intelectuais de Margão, queria que a Constituição Portuguesa fosse federal para conseguir defender as fronteiras dos territórios e o que lhes interessava era que a União Indiana não ocupasse Goa. Isto deu uma querela política que implicou a demissão do governador que se opunha a tal facto e saiu em más condições, e impediu que um homem que tinha um pensamento nesta orientação muito avançado e percebia o que ia acontecer, chamado Almirante Sarmiento Rodrigues, tivesse os incidentes necessários para ser posto de lado. Sublinhe-se portanto que estes movimentos também existiram.

Em seguida houve o problema das Nações Unidas e nós não prestamos homenagem suficiente ao que foi a intervenção diplomática do embaixador Garin que ali aguentou, infatigável, pelo menos durante três anos para que fosse necessário perder um terço de votos de apoio para que as Nações Unidas condenassem Portugal; portanto ele queria ganhar tempo para que se percebesse que a mudança da estrutura internacional ia obrigar Portugal a modificar a sua política colonial.

Houve muita gente portanto que percebeu isto, contudo não conseguiram realizar essa intervenção, exceto quando começaram as sublevações: aliás, há um relatório das Nações Unidas que eu próprio assinei como delegado em que eu previ que naquela data — em 1961 — haveria uma sublevação. E depois, interrogado sobre a questão, «Como é que senhor adivinhou isso?», respondi: «Porque tive uma excelente professora de instrução primária que me ensinou a fazer contas e eu vi o número de países que ia entrar nas Nações Unidas e o ano em que perdíamos o tal terço que

nos protegia. A partir desse dia, como não tínhamos feito mudança de espécie nenhuma, começou-se a fazer à pressa o que há tanto tempo muita gente advogava e propunha e achava inevitável.

É preciso compreender, homenagear e respeitar a intervenção das forças armadas: aconteceu-nos como em 1914-18, foram sem meios suficientes mas sempre com a estratégia do saber, dar tempo para fazer as reformas necessárias, porque, avisou o General Camara Pina, estas guerras não se ganham, ganha-se sempre para os responsáveis políticos.

Aconteceu o que aconteceu. Houve o golpe de Estado e deu-se a Revolução que é quando muda o sistema e, em seguida, houve conflito de orientações que foram muito sérias.

A primeira das perguntas que vai ser a última das respostas é se não há diferenças na maneira como cada parcela do império euromundista agiu. Nós, que somos uns ingratos, esquecemo-nos que o Camões disse que a Europa era identificada pelos valores que Cristo tinha trazido à terra sendo Portugal a cabeça da Europa toda: ora ele sabia que nem todos falavam a mesma língua e que havia diferenças geográficas e outras, mas, acima de tudo, sabia que as diferenças não implicam a impossibilidade da convergência e eu julgo que foi o que aconteceu entre nós. O que é que nós somos afinal? Os nativos que estavam cá, herdeiros dos romanos, dos suevos, etc.? Somos uma mistura que faz uma unidade porque há comunhão de afetos. Aí a comunidade nasce. Reparemos que essa diferença tem um efeito curioso: é que, de todos os componentes do que chamo o Império Euromundista, a única parcela que criou uma CPLP chama-se CPLP. Mais nenhuma o foi capaz de fazer. Às vezes perguntam-me: «Mas então a Comunidade Britânica? Eu noto: Está-me a dizer anglo-saxónica? Porque são um povoamento anglo-saxónico porque é o que eles são». Connosco não, e isto liga-se a um outro problema fundamental: nenhum país, nem povo, nem organização deixa de ter circunstância e a Europa, frequentemente, dá ideia de não ter circunstância; é tudo cá dentro, é arco-íris e não pensam na circunstância. Ora Portugal pertence à União Europeia, é europeísta (e Camões percebeu isso muito bem), mas pertence também, e isso anda esquecido, às Nações Unidas, à NATO, ao

BIT, ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e acontece é que a Europa não reconhece que tem ambiente, tem circunstância, vive sozinha e pensa que principalmente precisa do Banco Central Europeu.

Ora Portugal tem janelas de liberdade e uma delas é a CPLP, a outra é a língua¹: quando saímos de Macau deixámos uma escola de português e hoje existem 15; no Japão, na Universidade Católica de Sofia há 4 cátedras de português. Agora qual é o defeito? A ideia da CPLP tem raízes portuguesas: acho que começou com a Sociedade de Geografia mas quem a fez foi o Brasil. O Instituto da Língua Portuguesa foi proposto num congresso do Recife, onde era presidente Gilberto Freyre, foi aprovado com grande entusiasmo mas quem fez foi o Brasil.

Apesar de tudo muita gente fez o que pode.

Mas sinto que já estou na despedida e, de todas a honras que tenho no ultramar, a que mais me comove é uma rua que há em S. Tomé e Príncipe e cujo nome é Rua Ex-Adriano Moreira!

1 O ano passado, o site das Nações Unidas definiu em oito as línguas obrigatórias: está lá o português.

EDUARDO LOURENÇO

Provavelmente a coisa que acho mais interessante como referendo positivo da nossa relação com o outro é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Porque ao encontro de uma nação do Ocidente que tem uma certa raiz, uma certa religião, um certo comportamento, uma certa maneira de ler o mundo que está à sua volta, depara-se um mundo que ainda não tem leitura. Nunca se tiraram realmente quais as consequências do que foi a descoberta da América: a primeira e a nossa, a segunda, espaçadas que foram por apenas uma década. Nunca soube se o Pero Vaz de Caminha conhecia alguma das cartas do Colombo mas o facto é que, quando os portugueses encontram aquilo que não tinha nome e que viria a ser batizado como Brasil, tiveram um comportamento bem diferente do da Espanha: um exemplo é como a Espanha batizou tudo com nomes que já levava e nós não, sendo esta apenas uma das singularidades com que fomos para as Descobertas.

Num outro âmbito gostaria de dizer que sou de uma aldeia em que uma parte da juventude emigrou para Moçambique e o que foi extraordinário — e essa é que era a essência da colonização — é que mudavam de estatuto, sem terem feito nada tornavam-se nuns sujeitos que eram outros. Quando vinham de férias já não se identificam com os valores da terra natal que tinham deixado; a experiência das colónias, a experiência de um outro mundo fazia deles uns senhoritos que quando vinham de visita à metrópole aspiravam a novas integrações. De facto, o encontro com as chamadas colónias modificava as pessoas, mesmo se não tinham grandes empregos vinham outros.

De resto, quando dei aulas em Coimbra num colégio tive alunos angolanos que, para eles, Portugal é que era a colónia. Coimbra não era Lisboa mas, apesar de tudo, Luanda era uma cidade muito mais importante que Coimbra ou Lisboa.

Portanto havia colonos de toda a espécie, não se pode dizer que houvesse códigos muito fortes de leitura: há sim uma capacidade portuguesa de reagir a vários níveis, essa capacidade de se fundir, essa hiperidentidade que se transforma numa espécie de não identidade sublimada.

Seja como for, nós somos aquilo que nos fazemos, nós criámos a nossa própria identidade ainda que procedamos provavelmente da única revolução que existe na humanidade e que é a revolução cristã e não mudámos até à data, de paradigma. E isto é o que faz a civilização Ocidental enquanto ela durar e o crepúsculo dela será exatamente quando esse modelo começar a desaparecer, o que pode estar a acontecer agora.

HELDER MACEDO

Julgo ter tornado claro, ao ter falado de «culpa» na minha apresentação, que considero que «culpa» e «responsabilidade» são duas questões diferentes. A culpabilização retrospectiva de ter havido colónias é um falso problema do póscolonialismo. A História é a narrativa do que foi, quando aconteceu o que aconteceu, e a culpabilização retrospectiva é uma fuga às responsabilidades do presente. Mas por isso é preciso não esquecer a História, manter viva a memória do passado, como exemplarmente demonstrou José-Augusto França em vários livros e no seu excelente texto de hoje.

O meu também muito admirado e querido amigo Eduardo Lourenço mencionou, como tem feito nos seus estudos fundamentais, o problema da especificidade do caso português, em que a ideia de império de algum modo se tivesse tornado na imaginação de uma identidade nacional simultaneamente presente e ausente na nossa consciência de nós próprios. Assim terá sido, ou assim se terá tornado. Ninguém nos tem ajudado melhor a entender-nos a nós próprios do que Eduardo Lourenço.

Mas essa dimensão, digamos, mítica, existiu de par com a realidade factual de não termos conseguido (ou porventura desejado) criar em Portugal estruturas económicas e sociais compatíveis com a nossa admirável «loucura» imperial. Um elemento fundamental da especificidade do império português foi delegar o poder nacional para outras regiões mais ou menos privilegiadas do próprio império. Não é por acaso que só no tempo do Marquês de Pombal a capital de Moçambique tenha deixado de ser Goa, que também tinha controlo político e económico sobre Macau. Ou

que, com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, o Rio de Janeiro tenha sido a primeira capital não-europeia de um império pluricontinental nominalmente europeu. E que um dos últimos pontos discutidos nas negociações para a independência do Brasil tenha sido se o Brasil continuava a manter a sua colónia *de facto* chamada Angola ou se essa colónia *de facto* brasileira voltava para o seu dono nominal que era Portugal. Na verdade, Angola foi uma colónia brasileira até ter sido forçada a ser uma colónia portuguesa. O celebrado patriotismo de Salvador Correia de Sá contra os holandeses foi mais brasileiro do que português. E teve mais a ver com o tráfico de escravos de Angola para o Brasil do que com ideais patrióticos. Aliás também acontece que as correntes marítimas tornavam por vezes mais fácil e mais rápido que um navio que saía do Recife para o Rio de Janeiro tocasse primeiro em Luanda e daí fosse em direção ao Rio. O Brasil e Angola eram realidades imperiais complementares.

De um modo ou de outro, os portugueses tiveram de criar estruturas locais para poderem lidar com um império tão impossível quanto imaginado. Revelando nisso uma grande sabedoria da parte dos governantes coloniais portugueses. O reverso desse admirável processo e dessa manifesta sabedoria — ou seja, o que considero mais negativo na nossa História imperial — foi Portugal ter empobrecido por causa do império. É um aparente paradoxo, primeiro diagnosticado por Sá de Miranda, sugerido também por Camões e, é claro, retrospectivamente analisado por Antero de Quental. O distante império serviu para manter as elites parasitárias, como uma ilha flutuante à maneira de Swift, sobre a empobrecida nação imperial portuguesa. É incrível que um país de 1,5 milhão de habitantes, com uma elite extraordinariamente desenvolvida, culta, europeia, universal, capaz de gerir esse império impossível de gerir com extraordinária eficiência, tenha mantido 90% da sua população metropolitana na pobreza e na miséria. E que, em 1961, no início das guerras coloniais, tendo uma colónia tão rica como Angola (mesmo esquecendo as outras) Portugal permanecesse o país mais pobre da Europa ocidental. Isto não será causa de culpabilização retrospectiva, mas foi o crime maior do imperialismo português. E sugere também uma outra especificidade, infelizmente negativa, do imperialismo

português: termos sido péssimos colonizadores de nós próprios. Ou seja, termos usado as riquezas provenientes do império para manter no poder as elites que não precisavam de desenvolver o seu país para poderem continuar a ser elites dentro dele.

A Holanda, como nação imperial, foi, em vários aspectos, muito pior do que nós. Ou os franceses. E os ingleses. Dos belgas, é melhor nem falar. Mas, enquanto, de um modo ou de outro, as suas respectivas populações beneficiaram dos seus impérios, o povo português permaneceu tão pobre no nosso país quanto os pobres da Zambézia que eu conheci na minha infância africana. Isso, para mim, é a essência da necessidade de haver um pós-colonialismo em que nós, portugueses, que fomos um poder imperial, possamos assumir a nossa condição pós-colonial de termos sido a mal gerida colónia que fomos das mesmas elites que colonizaram as nossas colónias.

E quando vemos o que está a acontecer agora em Angola, dir-se-ia que também essa ex-colónia tem uma oligarquia local imitada da oligarquia europeia portuguesa a gerir o seu próprio país. Só isso explica que um país com aquela imensa riqueza tenha tido de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, tal como o pauperizado Portugal. É como se os seus governantes nacionais estivessem a aplicar ao seu país o mesmo modelo de má gestão que nós, portugueses, desde há séculos temos aplicado a nós próprios.

Creio que estes são alguns dos problemas concretos que importa considerar quando se fala de pós-colonialismo. Para que o nosso presente pós-colonial possa tornar-se no lado positivo do que tenha havido de negativo no nosso passado colonial. Foi isso também que procurei mostrar nesse livro cujo título *Partes de África* também inclui Portugal, e que escrevi sobre a minha memória do colonialismo português pouco depois das colónias se terem tornado independentes de Portugal e de Portugal se ter tornado independente das colónias.

Olhando com optimismo para o futuro, o professor Adriano Moreira mencionou a importância cultural e económica da CPLP como factor integrante de um pluralismo pós-colonial baseado na nossa língua comum e

na nossa História partilhada. E, como bem acentuou, foi uma iniciativa brasileira. Bom, sim, de facto foi, mas actualmente o Brasil não parece estar muito interessado no CPLP. Não é bastante que a língua portuguesa seja uma língua comum para que se crie uma comunidade de interesses partilhados. Além de que a entrada da Guiné Equatorial, por razões que talvez não seja prudente analisar, não parece augurar bem para o futuro da CPLP. É sem dúvida um projecto de boas intenções, mas é precário. Creio, em conclusão, que só poderá deixar de o ser quando (ou se) as nações de língua portuguesa deixarem de ser colónias de si próprias.

JOSÉ - AUGUSTO FRANÇA

Estamos no fim de sessão. Eu apresentei obedientemente um texto que me pediram e tiveram a paciência de escutar, e agora só gostaria de lembrar dois factos recentes em Paris e no Collège de France onde o escritor congolês Alain Mabanckou assumiu por convite uma cadeira de «expressão literária», não de línguas africanas como bem sublinhou no seu discurso inaugural... Ele próprio procurou desdramatizar a situação colonialista dizendo que é bom que não se encare a História de África como epifenómeno e acrescentou, em jogo de palavras, que a História da França está «*cosue*» de *filis noirs*. E afirmou depois: «O mundo é uma adição de identidades, uma multiplicação às vezes, não, de modo algum, uma subtração, e ainda menos uma divisão». Com esta singular linguagem aritmética percebemos melhor aquilo de que estivemos a falar aqui, em termos de identidades nacionais. Dito por um escritor negro, numa cátedra do Collège de France, tem uma importância, decerto, extraordinária para todos nós.

Em segundo lugar, gostaria de citar de um livro saído recentemente do meu velho amigo dos *Annales*, Marc Ferro «L'Aveuglement» (A Cegueira), no qual passa em revista, com certo humor, todas as vezes em que as elites e os responsáveis, ao longo da história recente, não viram o que estava a acontecer ou o que ia evidentemente acontecer. Os exemplos mais recentes são os da Síria e imediações. Nesta obra, o professor Marc Ferro marca uma excepção: a descolonização que foi rapidamente sentida como uma pressão inelutável da história. Todo o mundo ocidental do pós-guerra teve essa percepção e, foi a única vez que a Europa esteve à altura do entendi-

mento da evolução da história, a Europa de França, a Europa da Inglaterra. Mas acrescenta-se que não Portugal: aqui houve uma excepção chamada Estado Novo.

Um terceiro ponto que gostaria de referir é mais uma pergunta: algum dos senhores, meus ilustres colegas da mesa ou da assistência, conhece um autor francês chamado Gérard de Villiers?¹ Foi um romancista que faleceu em 2013 e que tem duzentos milhões de leitores pelo mundo fora: interessava dizer que veio a Portugal pelo 25 de abril; aqui o conheci e tomámos mesmo um café no Grémio Literário. Os seus mais de duzentos livros publicados têm um herói: SAS (Sua Alteza Sereníssima) Malko, príncipe de um dos micro-estados da Alemanha antiga, e que ficou com um castelo em falência; para o manter, o príncipe fez-se uma espécie de 007 mas trabalhava para a CIA... Villiers ficou quinze dias em Portugal, o tempo suficiente para captar notavelmente a situação política do país, e assim fazendo pelo mundo fora. Os seus romances eram muito lidos no Quai d'Orsay, ao que se sabe...

O romance passado em Lisboa, «Les Sorciers du Tage» apresenta cenas pasmosas, que não vou contar aqui... Villiers era absolutamente, assumidamente, profissionalmente anti-comunista, bem entendido. Seja como for, o romance é muito interessante, informativo e divertido e eu tenho-o receitado a todas as pessoas que me perguntam como foi o tal 25 de abril em Portugal...

Ora Gérard de Villiers publicou também um romance sobre Angola chamado «Guêpier en Angola» (Vespeiro em Angola), menos trabalhado, mas que, de certo modo, tem muito que ver com uma situação cada vez mais actual e que diz respeito à circulação de dinheiros e seu branqueamento.

Apenas uma última anotação sobre as elites e os pobres que éramos todos nós, no tempo da colonização, que teve dois polos: o polo capitalista, dos brancos que, nos conselhos de administração manobravam, e o polo dos colonos pobres que chegavam às Áfricas e eram enviados para os campos como capatazes de cafés e de açúcares. Tinham eles a mesma qua-

1 Eduardo Lourenço faz que sim com a cabeça.

lidade analfabeta dos negros que iam capitanear, mas com uma diferença: um pau para impor a sua autoridade. Não havia racismo nisto, era mais simples: havia o branco e havia o preto, um tinha o poder e o outro não. Mas havia pior, por detrás os pobres brancos velhos, arrastados pela vida em mancebias negras ou mestiças, que viviam nos musseques de Luanda, equivalentes aos bairros da lata de então, nos arredores de Lisboa. Andei pelas plantações e também por estes lados, por curiosidade intelectual e sentimental. A realidade da colonização, nos tais conselhos de administração e nos musseques... Nunca me quis ligar nem a uma nem a outra e acabei como Professor nesta casa que hoje simpaticamente nos acolhe...

MARIA JOÃO CASTRO

Ao encerrar os trabalhos, gostaria de reiterar os agradecimentos aos meus convidados e moderadores, tendo em conta o privilégio que foi o facto de terem aceite o convite.

Ao Professor Adriano Moreira, autor de um pensamento colonial de que somos herdeiros;

Ao Professor Eduardo Lourenço, cúmplice de tantas conversas que me fazem repensar o Portugal em que vivemos;

Ao Professor Helder Macedo, cuja humanidade e coração têm o tamanho do mundo;

Ao Professor José-Augusto França, iniciador de uma genealogia da história da arte portuguesa, de que somos devedores;

Aos moderadores, os Professores Nuno Severiano Teixeira e João Paulo Oliveira e Costa, por terem chamado ao debate questões que se cruzam com o universo (pós) colonial;

E à Unidade de Investigação à qual tenho o privilégio de pertencer, CHAM — Centro de Humanidades (NOVA FCSH-UAc) —, a colaboração no registo áudio e vídeo, bem como na elaboração, divulgação do evento e apoio na publicação deste volume.

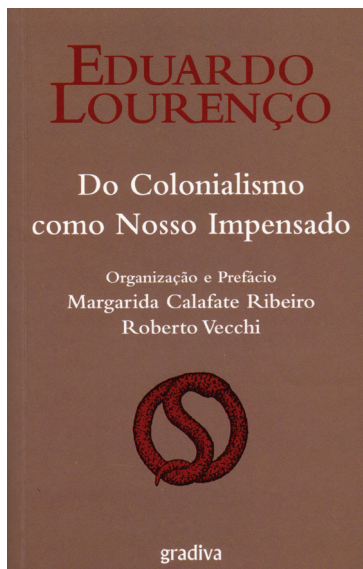
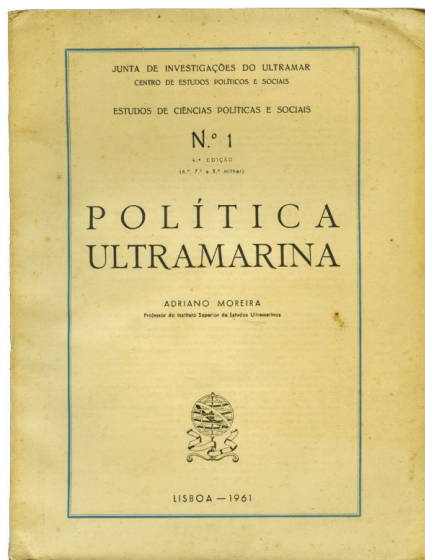
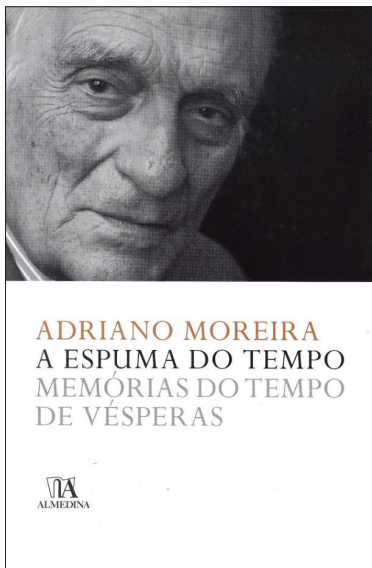
Penso que ficou claro, na sessão aqui reproduzida, que o (re) pensar do (pós) colonialismo é um assunto que se encontra longe de estar esgotado, carecendo, por isso, de novas abordagens e reflexões que ajudem a compreendê-lo e a enquadrá-lo dentro da nossa História e inserido à luz do mundo global do século XXI. Espera-se que esta conferência tenha contri-

buído para contextualizar, em paralelo, universos coloniais distintos, ainda que complementares de um tema tão vasto quanto fascinante e actual; fica a certeza, porém, de que foi um encontro, pleno de afectos.









HELDER MACEDO

PARTES DE ÁFRICA



EDITORIAL  PRESENÇA

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA NATUREZA MORTA



BIBLIOTECA DE AUTORES
PORTUGUESES

(POST) COLONIAL THOUGHT AND WRITINGS



(POST) COLONIAL
THOUGHT
AND WRITINGS

COORDINATION

Maria João Castro

LISBON

2017

Title: *(Post) Colonial Thought and Writings*

Coordenation: Maria João Castro

Translation: Vanessa Boutefeu

Layout: Pedro Serpa

Editor: ArTravel

Printer: Húmus

1ST EDITION: DECEMBER 2017

ISBN: 978-989-99719-0-5

LEGAL DEPOSIT: 443882/17

PRINT RUN: 150

Publication sponsored by the strategic project of
CHAM (NOVA FCSH-UAc),
which is funded by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia — UID/HIS/04666/2013.

CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

ARTRAVEL I — COLLECTION



INDEX

Preface	7
---------	---

CONFERENCE PAPERS

Adriano Moreira	11
Eduardo Lourenço	19
Helder Macedo	25
José-Augusto França	35

DISCUSSION

Nuno Severiano Teixeira	49
João Paulo Oliveira e Costa	51
Adriano Moreira	55
Eduardo Lourenço	59
Helder Macedo	61
José-Augusto França	65
Maria João Castro	69

P R E F A C E

The present volume is part of the project entitled *ArTravel. Travel and Colonial Art in Contemporary Culture*, financed by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT) (SFRH/BPD/107783/2015), and is the first in a series of initiatives which propose to (re-)think the Portuguese empire and Portuguese colonial art.

(Post) Colonial Thought and Writings includes the proceedings of a public conference of the same name held on 20th April 2016 at the Faculty of Social Sciences and Humanities (FCSH) of the Universidade NOVA de Lisboa. This event brought together four leading figures from the areas of Portuguese politics, essays, literature and history of art, namely Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo and José-Augusto França, who have all, at different moments, in different ways and in different contexts, reflected on and written about the Portuguese colonial empire. They all come before us here as witnesses of a past that is reflected in the present, thereby demonstrating an unusual modernity.

The volume is divided into two parts, corresponding to the two moments of the conference: the first presents the paper given by each speaker; the second records the discussion that followed, moderated by Nuno Severiano Teixeira and João Paulo Oliveira e Costa.

Within the art-power-empire triangle, the different forms of understanding of Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo and José-Augusto França provide a unique testimony, revealing perspectives that interweave and interconnect and leaving us with written thoughts that

reveal themselves within the silence of the work and are tied to the view of the other.

Maria João Castro

CONFERENCE PAPERS

ADRIANO MOREIRA

The question of colonisation is very topical today, especially in Portugal, but it is still very difficult to place it on the merely academic plane. This is because Portugal's decolonisation is still near in terms of time, because the cost to the country was high in terms of sacrifices and because we have a contingent of wounded people who still enjoy an active life but who must be assisted and understood.

Meanwhile, those who have time to read newspapers must have noticed that the effects of decolonisation are reflected over and over again in the everyday life of the nation and so we need to build a relationship with it that is on an equal footing after a long period of colonial subordination. I would therefore like to recall some facts that I believe are necessary to contextualise this binomial so that it might attain the projection and level of academic impartiality that it needs to reach so as to appease the people's spirit.

First of all, when we speak of the colonisation that the generations still living have experienced, we must bear in mind all the time that we are always looking at an external power that subjugates the local peoples who are very diverse in terms of ethnicity, culture and religion. This can even make us forget some of the very serious colonisation events that preceded this last model of submission to a power that was external to the diverse occupied territories of the so-called primitive populations.

For example, with regard to the colonisation of the American continent, we forget how rare it is for us to see comments on how the United

States of America were formed. Let us remember Tocqueville's book on democracy in America in which he reproduces the petition the Iroquois brought to the President of the United States saying: «When your ancestors arrived on our shores they were weary, we received them with kindness, [...] we gave them what they needed. We were the most important nation of this land. You conquered the whole of the territory, you made our people disappear. Here we are, the last of our race, and we have come to ask if we too can live here.» This is a phenomenon that has been forgotten.

From a historical point of view, the vision that is linked to us and the concerns of the Portuguese today was primarily constructed after the Berlin Conference. This is the most important case in our current experience and, curiously enough, has at least two aspects to it:

- It concerns the dignity of the natives.
- It concerns the nature of the governance established in such territories. This accords perfectly with the hypocrisy that normally accompanies political organisation in any form. There is no known political organisation that does not invoke a set of values to abide by but, when exercising power, forgets its own values because it just follows its own interests.

America continues to be an excellent example because we all align ourselves with the democratic evolution of the West in the Declaration of Philadelphia, which stated that:

All human beings are born free and equal and with the same right to pursue their material well-being [...]

This was engraved on the stamp of History but is read as if there was a comma: not natives, not slaves, not workers, not women, and it has been a terrible struggle to wipe out this information. This attitude, together with European expansion, was what created the definition of what we so sweetly call the 'Third World'. No country organised its colonial expansion without

evoking great principles: the Portuguese and the Spanish invoked evangelisation. But Vasco da Gama's report tells us that when he arrived on the beach at Calicut, they asked him: «Oh devil, what have you come here for?» To which the Portuguese mariner replied: «We have come looking for Christians and spices.»

The French decided they would take 'enlightenment' and, at the same time, civilisation; the English, in the voice of one of their poets, sought to carry the heavy burden of civilisation with them and so they built the Indian Empire. And all the European colonisers did this. The result was that, when called upon to exercise the power they had installed, everywhere witnessed, in the language of today's economists, the building of extractive states; in other words, states from which wealth and profits were extracted. In addition, after Vasco da Gama's report was read, missionaries, priests and teachers were also used

What this meant was that colonisation everywhere gave birth not to the British Empire, the French Empire or the Portuguese Empire, but to the Euroworld Empire. The reason is that they were the ones who arbitrarily divided up the territories, who arbitrarily established borders and who arbitrarily distributed governments. As a result, this empire became one unit and it is this concept that should be considered by the generation still alive who are assisting at the breaking up of this single Euroworld Empire.

And perhaps to the surprise of some who are especially concerned with introducing some authenticity into the Universal Declaration of Human Rights, it is useful to recall that in the 1950s, on the eve of the attack on the Suez Canal, the Anti-Slavery Society of London organised an anti-slavery conference in Geneva. It seemed to be a concern with no content: we were already living in the post Second World War period. I was a delegate to this event which helped to organise the bases for the Suez disembarkation. This was the theme of the conference, but there is one point I should mention. On the programme was one item which sought to extend the area under supervision in the Indian Ocean so that it encompassed the Portuguese territories. England, as our faithful ally, knew that we did not want India to oversee Portuguese shipping but the conference continued. The overall

conclusion of the meeting was the following: between four and five hundred thousand slaves in the Middle East lived under the Christian designation «Slave Travel Cheque». As a rule, they were converts to Islam, had come from Senegal, and were the coin used for paying the expenses of the journey, but they arrived at the holy places and there remained as slaves. Only it seems there was one special rule: without freedom, reproduction and procreation end up weakening the body so that it became necessary to continue with slavery.

Naturally, in Portugal, we saw all these abuses of slavery but what I think is the most serious is not slavery — which is extremely serious — but it is being transported to a faraway land, because if you are a slave but live in the land where you were born, if you know the people, if you have childhood friends, it is very different from being shipped to the American continent where completely different ethnic races were mixed together. This does not form a community but a crowd, and integration takes a very long time. I am arguing this only to say that I am not in favour of receiving nationality for the benefit of an inventory and that we should acknowledge all the errors we make. Personally, though, I feel some satisfaction with what emerged: for example, Brazil gave us all the abuses mentioned above, and Goa — if you read the chronicles that have already been published about the Inquisition's intervening role, you are horrified — but what came out of it all makes me feel pleased to be Portuguese. I therefore make a distinction between these two things. But I wanted to remind you that slavery was abolished in the metropole, in Portugal, by the Marquês de Pombal, who was not renowned for being a good person, whereas in the colonies it was abolished by Sá da Bandeira, who the people affectionately called «Zé Maneta» as he had only one arm, having lost the other in a war; in Brazil it was abolished by a woman for whom I have the highest admiration — Princess Isabel. She was regent and it was done with her father's consent although she knew — and hence my admiration for her — that the signing of that diploma would mean the end of the monarchy. But she believed that the dignity of the people justified her losing the crown and that it was her duty to publish the decree. However, this fact did not end the difficulties our territory faced

because we, for example, in our part of the Euroworld territory, had some colonies that did not have any ‘indigenous’ populations; such was the case of Macau, the Indian Union and Cape Verde, but the others did. And the indigenous peoples negated Thomas Jefferson’s proclamation because they had no citizenship, and so had no right to be citizens.

A few weeks ago I heard something that gave me great satisfaction, which is good because there are few occasions to be satisfied in our country. I have a son who was a lawyer in Mozambique for some years and he had an African colleague who asked him one day:

— Are you Dr. Adriano Moreira’s son?

— Yes, I am.

— Then I’m going to tell you something. My father told me that the first happy day of his life only came when he was 70 when he received his citizen’s identity card with his indigenous status removed, a status that had been repealed by your father.

This comment regarding indigeneity implied that it was a denial of equal rights. But there was also forced labour which had to be abolished and there were certain compulsory cultures which also had to be done away with. And then a more serious problem arrived — war. At this point, I must mention one fact because we must be fair to the institutions and to the times. I am a witness to the fact that the Army Chief of Staff, General Câmara Pina, declared: «These wars cannot be won; what can be won is time to carry out the reforms necessary for a political solution.»

They won thirteen years but did not undertake the necessary reforms since these were interrupted and not adequately monitored. It was a huge sacrifice but the montage of the ‘Spectacle State’ of the times we are living in is enormous, as when we complain about the sacrifices of the Portuguese while forgetting that the French army was crushed in Indochina and had to face the tragedy of Algeria, a problem still unresolved today, on the orders of a man called François Mitterrand who claimed that «Algeria was, Algeria is, and Algeria always will be French».

Holland had huge problems in Indonesia, leading to the Indonesian army in Timor later killing some two hundred thousand people. England, the master of political evolution, does not forget that America inherited democracy from her although nobody says that what the Americans took from the Magna Carta was the rule that obliges taxes to be voted on. Even so, England did not succeed in getting Gandhi, the pacifist, to ensure that Muslims and Hindus did not separate and a 'mere' four to five hundred thousand people died. All this is the Euroworld Empire. However, this change in political power altered the world situation. In the meantime, the Third World abandoned the political system to which it had been subjected and it was then that something very serious that has still not been remedied occurred in Europe. The Europe that made the Euroworld Empire had itself been previously organised into empires. Then came the First World War (1914-1918) and help from the Americans. President Thomas Woodrow Wilson was the main person responsible for the Charter of the League of Nations in which the principle that each nation should have a State was established. This is an important principle, but unfortunately there are few nations in Europe and they are still greatly divided. But the Americans did not sign the Charter and the imperial organisation vanished.

The empires disappeared. Europe had had the German Empire, the Austro-Hungarian Empire, the Russian Empire and the Ottoman Empire, and they all disappeared.

After the Second World War, the Charter of the United Nations and the Declaration of Rights once again altered the structure. To put it simply, those texts were written exclusively by Western hands. In the meantime, those peoples who were gradually being liberated arrived with their own specific conceptions of the world and of life and when the United Nations met it experienced something new in the history of humanity. This was that all nations were free and could speak to the world, but this did not coincide with the idea of those from the West who had written the document. Let me give some examples. In the Declaration of Rights, the founding document appended to the Charter, the right to property is stated among the basic rights as being a fundamental right. The Americans

and the Russians both signed but they were not saying the same thing. It also stated that the family was the fundamental unit of organisation of society. Everyone signed — Catholics, civilists, polygamists, defenders of unmarried partnerships, etc.

We then began to arrive at the point of having a world government that was less organised and which had a semantic that was not coincident with reality. So what happened in reality was that the United Nations Charter was immediately put on hold and the world began to be ruled by military pacts — NATO and the Warsaw Pact.

Today we find ourselves in a situation that is, in my opinion, closer to world disorder than to world order and the risks are enormous. The effectiveness of human rights continues to be extremely limited. This can be seen in the situation we are dealing with today with regard to the issue of the conflict between migration and respect for those conventions that establish humanitarian obligations.

Let me refer to one last circumstance, which is the following: obeying the Charter, this political hegemony disappeared leaving behind the human cost of all those who had been part of the Euroworld Empire. But Europe did not lose only political power; it lost control of raw materials, control of the markets for finished products, and the terrible power to be the one to set the price of labour. And as a result, what we are seeing at this moment is that poverty has defied all the projects set up by the United Nations, there is not one single objective that has been reached, the division among poor countries where slavery still exists in much of their territory remains, and when it comes to questions of war and peace, it is not uncommon to come to the conclusion that there is war everywhere. From the Cape to Cairo, war is everywhere, and there are hundreds of thousands of children who are at war in territories that were once colonies. And then we move to semantics and, generally speaking, we are told that it is all in the name of democracy. Those who know that one interpretation of the United Nations Charter and the Declaration of Rights has kept the words with different content know that the democratic Asian maelstrom provides no guarantees that those flaws, including colonial slavery, have

disappeared, and this is not assured in any way at all. And so what has happened, and we are being the object of this, is that a doctrine (political economy) that has been transformed into an exact science — economics¹ — has meant that the so-called ‘market creed’ has replaced the ‘creed of values.’ Thus, as the development of the expansion that created the Euro-world Empire obeyed what today we call the Spectacle State because the values which were proclaimed were not in effect applied tangibly in these territories, it has become perfectly obvious at this moment that there is still an enormous gap between the declaration of values and our Declaration of Human Rights and the present world chaos.

¹ When I was a student, it was called Political Economics and one could easily see it was not an exact science.

EDUARDO LOURENÇO

The theme of postcolonialism is an important theme in itself and curiously enough it is, as far as I know, a theme that comes to us from America. This is somewhat paradoxical given that America has no colonies unless we consider the world as its colony, which is not bad.

The three professors who are my colleagues on this panel all have experience of Africa and know what Portugal as a colonising country was like, in particular Professor Adriano Moreira to whom we owe the continued interest in this issue both within the context of the former regime and following it.

Last year was the centenary of the modernist generation of *Orpheu*, a group to which Santa Rita Pintor, a painter with almost no works to his name, belonged. It appears he became very ill and was diagnosed as having «African Fevers» despite the fact he had never been there.

I too was never in Africa, or rather, I was only in Africa after the end of the empire. However, I was there in another way: I was in Africa through my father, who was a military officer and served in the north of Mozambique in Nampula. He was certainly the first person who left me with small images and reflections on the Africans' way of being, at least of those Africans with whom he had contact during the six years he was there.

In terms of my relationship with what our empire was, these reflections were very positive since there was no preconception on his part of a generic kind of racism. This meant that he left me with positive ideas and at the same time a perception of a world that had a particular way of being,

its own wisdom, very often paradoxical, yet at the same time very just and pertinent. At the end of the day, he thought they were men who had by necessity another culture but who were men just like us.

On the other hand, I had an uncle who was a true Africanist, a colonialist but they were not called this at that time. He was an administrative officer in the police in Lourenço Marques and he, all by himself, was more racist than the whole of Africa put together. He never referred to the black people with whom he dealt, who were there or who came on holiday, in any other way than as «sacks of coal», so that in the matter of Portuguese racism I can say that, in his case, I am enlightened.

I should also add that I have a sister who is a Carmelite nun, who is today in the Amazon but who was ordained in Fátima and whose destiny was to remain there. However, she received an invitation from Mozambique from a gentleman who was very Catholic called António Trigo de Morais — who would later give his name to a village, Vila Trigo de Morais. He had built a convent in the Limpopo and asked Fátima to send some nuns to live in this new place. I think that in his head he thought the nuns of this order, enclosed within itself but with a great external outreach, would go there and save Mozambique since the African revolt had already started. But it was a bit too late. This ‘excursion’ of the Carmelites to Mozambique ended on the day that the 25th April Revolution triumphed and the convent was occupied by the new ruling order. When their time in Mozambique came to an end, a bishop from the Amazon offered them a new home which is where they are still to be found today. Hence the lateral relationship I have with Africa and its destinies, at least as far as close family destinies go.

As things stand, I do not enjoy the same relationship that Alexandre O’Neill so famously expressed: «Portugal: questão que eu tenho contigo tu tens comigo»¹, but the relationship I have is of an intellectual, cultural and philosophical nature; in other words, the relationship with a country that once had an empire.

1 Portugal: what I have with you, you have with me

For me, the fundamental issue within this colonial/postcolonial theme is the one which Portugal has with itself. This small country, which was born from a very specific context, was probably born into a world in which Europe, already Christianised, was suffering one of the first great invasions by another culture, an invasion that stretched from Arabia to the centre of France. Thus, Portugal was born in a historical period that was the response of the Christianized southern Europeans to the Arab invasion. We were born out of the adventurous episodes of this conjunctural context and our first defining moment is that of the time of the Crusades. Indeed, the Crusades helped to conquer Lisbon and this country was born and bred 'crusading' so to speak, and so it remained for the whole of its existence even until the end of the empire.

I think that the thirteen years during which Portugal tried to respond to the just, or historically justified (and not only), African claims forms a type of new crusade — or this is how it was presented and introduced at the time by the more consensual ideology, in other words, by the regime. But this reading is not only the reading of Oliveira Salazar's regime although it was Salazar who was responsible for responding to the rebellion since, at that time, whatever the regime in the country might have been, as a result of those facts the response would have been more or less what we know. This is because Portugal only entered history *per se* with our epic beginning that started with Aljubarrota (if we look at it from our small country perspective), which was a defining moment for our historical testimony and which continues to be Portugal's destiny.

However, Portugal only discovered History with a capital 'H', whether this exists as reality or fiction, because we left this little corner of ours and the Atlantic Ocean and reached the Orient. Portugal was the first country to leave Europe and to carry it elsewhere even without knowing exactly what the endless consequences of our departure, as Portuguese and as Europeans, would be. And we went to a place where we would truly be forever without still being there, even after coming back.

These are the people who went to India, whose existence they already knew about, and who already knew of China (through Marco Polo), but it

must not be forgotten that the world was little known and what knowledge there was were but fragments of an incomplete picture. As a result, Portugal became important for the destiny of the whole world. That is the mark we have left on the West until now, which was immediately understood, or rather, we became conscious of this insight almost at the moment when we reached India. What is more, hardly had we, the Portuguese, arrived in India when people followed on our trail sent by the House of Fugger, economically the most important in Europe at that time.

In the 16th century, the Florentine Francesco Guicciardini, an important European ambassador, historian and rival of Niccoló Machiavelli, drew up a sort of roll of honour of the most important powers in Europe at that time — England, France and so on — and he ended his report by saying that a small country in the Iberian Peninsula called Portugal had appeared in the last few years and that the discovery of the sea route to India was due to them. Thus, the view of our epic is marked by these types of reflections which had immediate repercussions in the courts of the Old Continent. And from that moment on, the true Portuguese imperial age begins, an age that lasted five hundred years and those five hundred years ended in April 1974.

Within the internal order, we know why this happened. As for the trauma created by this event which has to be recalled again and again, this had been softened by the thirteen years during which the country had tried to resolve the dilemma that had been created leading to such an uprising by «our» colonised peoples — if one can call the Portuguese ‘colonisers’ given that theirs was not a belligerent conquest like in Peru or Mexico, which were states that enjoyed a very large organic coherence, but rather a conquest of exchange and trade that was relatively peaceful when compared to the Spanish in the New World. This pacifism obviously had another side to it, which is both the drama of our prize-taking of India and especially, but later, with Francisco de Almeida or Afonso de Albuquerque, whose statue dominates the square dedicated to the empire in Belém. In fact, Afonso de Albuquerque is from the race of *conquistadores*, which is something of a paradox; Portugal did not have a large enough population to undertake this type of feat: the country had less than two million peo-

ple, not enough to populate overseas lands. What happened in our adventure led to there being a phatic admiration, which is a rather strange thing however much it had been thought out and rationalized according to the needs of the age. It is not only the maritime feat itself — which was an extraordinary exploit — but primarily the idea of being there, far away, and ensuring that our centre was there, outside, and mythically will always be outside, even after it has been lost, even if it is not what it is.

I believe that our empire, the real one that lasted one hundred and fifty years, will one day become in some form or another more of a fiction than a reality in our memory, but a fiction from which we cannot abstract ourselves without mythicizing what made us stand out among the European nations of the time and even today.

What is interesting for me, a person who was never in Africa, is that I was very sensitive to the generic phenomenon that was behind everything that happened after the Second World War and whose consequence was decolonisation. In 1958 I found myself in Brazil after a sojourn in France where I had accompanied with great passion everything that was happening in Algeria. Later, I followed the affair as a key episode in the history of France, but understanding very well that if France, in a long (1954-1962) and lost war, was forced to abandon Algeria, the fate of the Portuguese colonies would be sealed. For the rest, I had already thought like this when the first major phase of decolonisation began, marked especially by the withdrawal of England from India. If England, which had dominated the history of the world for five hundred years, withdrew from her jewel in the crown, how could a country as small as ours imagine that it could keep its vast African territories peacefully and perpetually. But that commitment was not only made by the former regime; it started at the end of the 19th century with a new form of colonialism, a very different type from our 16th century colonialism. It was defined by the domination of one Europe, by the hegemony of the Old Continent facing the world, a Europe that resolved to impose not only its goods but also its way of being. At that time, Europe was the centre of the world. And people ask me: but is it still the centre of the world? The answer is no. Now it is the old centre of the world. If we heed the reflections of Professor

Adriano Moreira, we see that what is happening to us is the twilight of the West. We are in an almost unimaginable situation. Who could have foreseen that once the Cold War was over with the fall of the Berlin Wall in 1989, and a few decades after this, we would be confronted with a totally unprecedented situation, one that has not existed since the time the Arabs invaded the Iberian Peninsula? And this is the fictional part of history. Our history sees itself as a tranquil river flowing to a certain place, but frequently it deviates and follows other paths, paths that are very unpredictable — and this is what is happening now. Today nobody knows where we are heading. Or at least, maybe the Americans do: but I think the Americans are already heading for another planet, in the true sense of the word.

What we can see today is that Europe has literally ground to a halt in various domains. And since we are not the 'pilot' of this ship, we too are at a standstill because the others have stopped. In these five hundred years of Portuguese history, there were five hundred years during which this country believed it had an empire that was half fictional but real, that left behind marks in several different parts of the world which have lasted until now.

At all events, the former regime was not interested in recognising the African revolt in which it was in fact the only player since the West did not join us in this our very own last 'crusade'. And everything happened in the Portuguese way, whereby happening in the Portuguese way means suffering and not being aware of anything. Whether assumed or not, whether repressed or not, what happened with the colonial war and the end of the empire was serious, a drama that has determined the epic nature of our history and derives from the fact that it was all done by a small nation. This was what Camões understood once and for all as being the «pequena casa lusitana»¹. There was an extraordinary disproportionate gap between the means and the ends that were achieved as if it were another history that is no longer our own and, in effect, our true never-ending history is that which is written in *Os Lusíadas*, a type of post-Camões final paragraph. Our history in Camonian terms has been written, and well written, until now.

1 «The little Lusitanian house.»

HELDER MACEDO

PARTS OF AFRICA

More than twenty years ago I attended a meeting of writers writing in the Portuguese language in Maputo. When it was my turn to speak, the presenter, wanting to be friendly, informed the public that I am also Mozambican. This is almost true because, complying with the necessary formal requisites, I could in fact have been: my birth certificate was issued by the Civil Registry Office of Lourenço Marques, the colonial capital at the time, I am the son and grandson of administrative officials in Mozambique, I uttered my first words in Zambezia, I learnt my first letters in Sul do Save, I began high school in Lourenço Marques and it was there that I wrote my first verses, I kicked a ball around with Mário Coluna and Costa Pereira, and I spent the whole of my childhood and part of my adolescence in Mozambique.

It was a magical time, as only childhood can be because childhood is a space which has no guilt. And in truth I do not feel minimally guilty about what there was (and there was a lot) to feel guilty about in the Portuguese colonialism from which I sprang and which is an integral part of my Portuguese identity. While still young, I sympathised with the African patriots in what I considered to be a common cause against a political regime which also oppressed the Portuguese in Europe. But, when the time came to choose, my choice of nationality was unequivocally Portuguese. And so I could return to Portugal from a more or less forced exile in London in the same way as various Mozambicans (and Angolans and Guineans and Cape Verdeans) could return to their countries of origin.

I explained though to the audience at that literary session in Maputo that my Mozambican identity was purely colonialist. This shocked some of them, who possibly thought me ungrateful, even when I added, quoting some verses from the always opportune Fernando Pessoa that «Sei muito bem que na infância de toda a gente houve um jardim / particular ou público ou do vizinho...»¹, and I concluded by saying that at a certain point in my life, I had understood that the timeless garden of my childhood was in fact my neighbour's.

This was when I also realised that it was a garden full of snakes hidden by the paradisiacal jungle. And I only began to understand this when I saw poverty for the first time. In Africa I had never seen poverty. I only saw it in Portugal. But not of course because there had not been poverty in Africa. If anything, there had been a more extreme poverty than what I saw in the streets of Lisbon and in the ancestral villages of my family in Trás-os-Montes. In Africa, there had been half-naked men working in the fields with their hands swollen with pain, legs huge with elephantiasis dragging along skeletally thin bodies, faces mutilated by untreated leprosy, young mothers with breasts maimed by the hunger of their infants. In short, there had been black poverty, an invisible poverty, the poverty of the neighbour marginalised and oppressed in his own garden. Nonetheless, this was where my first primary school teacher was black, where my first childhood companions were black children, where I shared a clandestine banquet when a plague of locusts, at the same time as they devastated the planted fields, served to make an enormous stew that a group of famished black people, perhaps in a subversive act of generosity, allowed me to share with them, all of us squatting around the cooking pot making appreciative clicking noises with our tongues. Except that for them, as I could not have understood at the time, that was perhaps the last meal they would have before the deadly famine foreseen by that open ground now covered with shrivelled up locusts took hold.

In the Portugal I saw in Europe, I recognized the black poverty that I had not seen in Africa, and which other Portuguese people did not see in Portugal.

1 «I know very well that in everyone's childhood there was a garden / private or public or the neighbour's ...»

In 1961, at the start of the colonial wars, Portugal was the poorest country in western Europe. And Angola, to mention just one of its colonies at the time, was the second largest producer of coffee in the world (which it no longer is), it had diamonds (as it still has), it produced oil (as it still does). If the economic reason for having colonies is to make the colonising nations rich, then this had not happened to Portugal. And if the moral justification for having colonies is to benefit the colonised, this too had not happened to the vast majority of the African peoples administered by the Portuguese. The colonies served the traditionally parasitic economic elites in Portugal and created new parasitic elites in the colonies. The people — «o povo povo»¹, as Almeida Garrett would say — had been excluded by their respective nations. Mozambique's main source of wealth was the exportation of labour. One of the main sources of wealth in Portugal was also the exportation of labour — through the bank remittances sent home by the emigrants. When the colonies gained their independence from Portugal, Portugal was also able to become independent of the colonies. And so it was during several decades of visible prosperity when, however, once again, neither stable economic structures nor a sustainable base for prosperity were established in Portugal. Even so, if today the Portuguese find themselves forced to emigrate yet again, they do so but as graduates rather than as illiterate workers. In spite of everything, there has been some progress. I say this not ironically but with a great deal of sorrow.

In 1991, a short while before that writers' meeting in Maputo, I had published a novel called *Partes de África*², in which I interweave facts and fictions. It was immediately greeted with enthusiasm in Brazil but was virtually ignored in Portugal. In Brazil, besides having received good coverage by the press, radio and television as well as a place of honour at the *Bienal do Livro*, the biennial book fair, it was carefully analysed by some of the most prestigious Brazilian professors of Portuguese literature, and dozens of university theses have been written about it. Outside Brazil, for example, it received very generous comments from Claudio Guillén in Spain, it was analysed and translated

1 «The real people»

2 *Parts of Africa*

into English by Phillip Rothwell, the holder of the Chair of Portuguese Studies at the University of Oxford, it was also translated and published in German, and the Italian translation was accompanied by two notable studies by Margarida Calafate Ribeiro and Roberto Vecchi, both professors at the University of Bologna. *Partes de África* was, in their converging opinions, one of the first Portuguese novels — perhaps the first — written from a postcolonial perspective. In Portugal, before being published by Editorial Presença (who has been the publisher of virtually all my books since then), it was rejected by another publisher, Dom Quixote, who had in fact also refused to publish José Saramago. At least in this I am in good company...

I am not mentioning these things either as self-congratulation or out of self-pity, but because they allow me to suggest that a postcolonialist ideological perspective can only result from a process of emancipation that is psychologically difficult and generally slow. My personal circumstances might well have made this process comparatively easier and quicker for me as did the fact that my republican freemason grandfather and my cautious law-abiding father, each in his own way, were both good men who genuinely worked for the benefit of the African people under their jurisdiction. After having been installed in governmental splendour on the Island of Mozambique, my grandfather was later transferred by the *Estado Novo* to an unhealthy and mortiferous zone in Angola as punishment. After having been Administrator of the Concelho de Lourenço-Marques, my father was gradually promoted to higher positions and continued his colonial career in Guinea, São Tomé and then again in Mozambique until a few years before independence.

Partes de África is, to a large extent, the result of my friendly arguments with my father. It is a book of reconciliation. But I believe I could only have written it after his death and, likewise, only after Portugal had ceased to have colonies. There is a passage that synthesises our recurring disagreements. What I wrote was the following:

... our arguments became ferocious, we would say to each other things that would be unforgiveable if it had ever become necessary to forgive them. They continued until the end of his life although in the last few

years it was partly because not having them would have made him feel as if he didn't even have a past. Or that is how I saw it, in the belief that I had won. But before that, over the years my favourite topic that I adjusted endlessly in only slightly more subtle variations was that he was the good cop who alternated with the bad cop, the doctor who would patch up the prisoner before the next torture session, the moral justification for the immorality of colonialism. And he would ask me what it was that I and others like me, expatriates both inside and outside the country, had managed to do for anybody, no matter who, with our moral superiority. He had fed people, he had clothed them, he had educated them, he had protected them when they needed protection, he had opened roads, he had built schools and hospitals, he had personally contributed so that the new countries that were to come into being could actually be. »And you? You can't even go to the shop to buy bread in the language in which you claim to be a writer because you prefer to live in a country where others, worse than us, tolerate you as harmless.« We would stop when the tone began to match the words, better friends for having managed to stop, more complicit for the panic we had caused in whoever had chanced to hear us and who, incredulous of his tolerance more than my daring, would see us calm and smiling, whisky in hand, assiduously agreeing on any pretext about any triviality — makes of car, blends of coffee — that might serve as the sign of a truce until the next encounter.¹

However, whether or not it had been like this, when I wrote *Partes de África* Portugal was still dominated by the aftermath of the colonial war, manifested in works as important as those by António Lobo Antunes, João de Melo and Lídia Jorge. And Brazil had already freed herself a long time before from her past as a colonised nation. At present, notable younger Portuguese writers, such as Dulce Maria Cardoso and Vasco Luís Curado, have revisited the Portuguese colonial past from an innovative postcolonial perspective. And Margarida Calafate Ribeiro's leading studies preserve the memory of

1 Pp. 56-7 in the original Portuguese version.

the past and what that past has become in our present. But none of this had happened when I wrote *Partes de África*.

In another writers' meeting, but this time in Brazil, entitled *Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa*¹, I was asked to speak about my novel. Also participating in the meeting were José Saramago (who in fact never wrote about the colonies or the colonial war, but is no less post-colonialist for it) and the congenitally postcolonial Cape Verdean writer, Orlanda Amarílis. I will reproduce here a part of what I said at the time in order to get to the point of what I might still be able to say about the issues raised by the book. I began by considering, like now, the contrasting reception of the book in Brazil and in Portugal, stressing the following:

In point of fact, my novel *Partes de África*, which caused some perplexity if not a certain discomfort in Portugal, is being studied especially here in Brazil. There are several reasons why this has happened but it is not up to me to evaluate them. I will only say that if the attention of Brazilian critics has flattered me, the Portuguese perplexity does not displease me for both suggest that in one way or another I will have achieved with this book my purpose of pointing out the difference within the similarity and the similarity within the difference. In fact, I believe that in abstract terms this is the central theme of the book, manifested in its structure, in the relationships between various characters, in the references to other works and, very particularly, in the articulation between the factual and the fictional — the remembered and the imagined — in other words, between History and Literature.

And, after commenting in more detail on the similarities and differences between imagination and memory, or between Literature and History, I summed up the characteristics of the book in the following terms:

The structural and stylistic organisation I chose for *Partes de África* — or, more precisely, that my literary material was making me choose

1 «Literature and History: three voices in Portuguese.»

— resulted, very schematically, in the following characteristics: a fictionalised treatment of situations and characters. Short chapters contain self-sufficient episodes, whose juxtaposition determines a chronological sequence that corresponds to the author's age, to the last fifty or so years of Portuguese colonialism and involves three generations of the author's family. Verifiably true characters are intertwined with probably fictitious characters, and factual historical events with imaginary situations. It incorporates a fragment of romance attributed to one character, which is in its turn a transposition to Salazarist Lisbon of another fiction; two poems; a colonial report attributed to the author's father; and a talk given by the author himself at a university colloquium in Rio de Janeiro. The African parts of the title include Portugal and do not exclude Brazil. The stylistic construction incorporates non-identified fragments of phrases taken from other authors: Bernardim, Camões, Sterne, Stendhal, Garrett, Lewis Carroll, Machado de Assis, Cesário Verde, Mário de Sá-Carneiro, Fernando Pessoa...

The end of the work is left hanging but the last chapter refers back to the first.

Memorialism, autobiography, history, metaliterature? No, merely literature, merely fiction. Like any novelist, I used my own biographical experience to tell a story on the fictional plane where imagination and memory meet and cross-fertilize. When people I knew and events I either witnessed or was told about served my imagination, I used them as I remembered them; when my memory needed other people and other events, I invented them as I would have recalled them. If anyone who has never existed coexists in a novel with someone who existed or, *a fortiori*, with the biographically recognisable character of the authorial «I» who is writing about them, it is because they have all become fictions, including the character of the authorial «I». Or rather, as a strategy of literary verisimilitude, they all become real. I could have followed the different literary strategy of merging various characters into one, transposing various events to the same place, and telling everything in the third person to create an appearance of unity and objectivity as in a realist novel. However, I preferred to juxtapose the

fragmented continuity of collective destinies to the multifaceted continuity of my individual journey. This makes it even more realistic because it makes the authorial perspective evident. I spoke less of myself than from my own self. Occasionally I intervened in what I was writing to explain the why and the how of what I was writing. But the explanations are not always true. Everything I say in it is only true because it is fictitious, even when I disguise myself in an authorial «I» whose disguise is not to disguise himself. I spoke of a world where the rhetoric of absolute truths led to every type of tyranny and monstrosity, even when well intentioned. I was a witness. But I never forgot that I was talking now, at this moment, to another world, a world without the same rhetoric and without the same convictions, but where the same tyrannies and monstrosities also became routines of daily indifference. In the autobiographical space between these two worlds, irony replaced innocence and questions replaced certainties. It is, in short, a post-colonial novel about colonialism.

That is what I said on that occasion. Alright, and now?

Now — I now say in conclusion — in order for postcolonialism to become irreversible in the former colonies as well, it is necessary that they recognise, on their own terms, that they only exist as the independent countries they are because they had been the colonies they were. The national borders of all these countries are the colonial borders. The nations that existed in pre-colonialism would not be the nations that exist in postcolonialism. One sign of this, for example, is that of the various African ethnic groups that make up Mozambique only the Makuas are exclusively Mozambican. All the other ethnic groups spill over the postcolonial borders of the modern Mozambique nation. Moreover, when one observes the structures of political power in several of these countries, one sees the corrupting dominance of a small economic and cultural elite over the vast majority of the population, who thus remain marginalised. But without their economic and cultural participation, only with difficulty can there be healthy development and growth in these countries, just as there wasn't, and nor is there still in sufficient measure, in the country whose colonies they once were. The new national power structures (including the urban macrocephaly in contrast to the impoverishing emptying of the rest

of the country) seem to be exacerbating the structures of the former colonial power. The rulers, who are now exclusively national as they should be, changed but mentalities did not always change. At times it seems they want to run their country as if it were a colony. There are even manifestations of racism, which even though it is anti-white racism is no less racist than anti-black racism. Perhaps in this generation of African rulers, who are predominantly the old generation of former combatants against the colonial power, there are still some who are suffering from an aftershock equivalent to that which their former colonisers in those parts of Africa that were colonial Portugal also manifested in the decades following the colonial wars. But here as well as there, there are also new generations, with new mentalities that are already uncontaminatedly postcolonial. Moreover, postcolonialism itself is a time of transition; it is not the end of History because History could only have an end if there were no more History. And so — I hope and wish — perhaps the future generations of our respective countries will soon no longer need to be postcolonialists to be able to assume a shared historical past in their differentiated national present.

REFERENCES:

- Helder Macedo, *Partes de África*, Editorial Presença, Lisboa 1991
- «Dossier: *Partes de África*», *Remate de Males*, 12, UNICAMP, Campinas, SP, 1992
- Literatura e História: três vozes de expressão portuguesa: Helder Macedo, José Saramago, Orlanda Amarílis* (org. Tania Franco Carvalho e Jane Tutikian), UFRGS, Porto Alegre, 1999
- A Experiência das Fronteiras: leituras da obra de Helder Macedo* (org. Teresa Cristina Cerdeira), EdUF, Niterói, 2002
- Claudio Guillén, «Helder Macedo: literatura y inteligencia», *De leyendas y lecciones (Siglos XIX, XX y XXI)*, Crítica (Letras de humanidad), Barcelona 2007
- Phillip Rothwell, «Farewell to the Father: Metaphors, Triangles, and the Missing Ink in Helder Macedo», *A Canon of Empty Fathers: Paternity in Portuguese Narrative*, Associated University Presses, Massachusetts, 2007
- «Parti, pater, patria: *Da qualche parte in Africa* e il Portogallo dopo l'impero» & «Il Portogallo che avrebbe potuto essere e che non è: Helder Macedo, l'autore e l'opera», Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi (prefácio & posfácio); Helder Macedo, *Da Qualche Parte in Africa* (tr. Chiara Magnante e Agnese Soffritti), Edizioni Diabasis, Bolonha, 2010

JOSÉ - AUGUSTO FRANÇA

O N C O L O N I E S

At the beginning of 1945 I took the packet boat to Africa and, after having acquired a tropical helmet in São Tomé, I disembarked in Luanda, or rather, off the coast as the city still had no quay. I went ashore in a small motor boat near to where they were building the port and where black Africans wrapped in burlap and shining with sweat were humping huge stones.

And so it was for a young man who had just finished his studies in history and philosophy.

The Hotel Avenida, indeed the only decent hotel in the town, visits to the Rumba Bar (because it was known generally as the Government Palace and run at the time by a naval commodore), whole nights spent in the Restinga bar, good conversation at Dr. Videira's evening soirées, a few involuntary bridge parties, by invitation, useless days spent at the office, visits to the Bom Jesus sugar plantation, trips to the coffee plantations of Golungo and to the interior of the country to visit white-run trading houses to buy cotton grown by black Africans and to sell them necessary goods and superfluous items such as sunglasses, and where I saw the *chefes de posto*¹ being paid a certain amount for each indigenous person forced to accept the 'contract', officially recommended by Luanda and compensated as well. And I remember a long journey to Cabinda right through the

1 «Head of the local administrative area.»

Mayombe forest. From all of this, I came to a certain understanding which I shall allow myself to mention.

The text I was asked to present is made up of experiences and not opinions. In fact, the only opinion I had was when I wrote in 1975 that we had colonised badly and decolonised even more badly. I was very much criticised for this by some people.

Of colonisation, I have the experience I mentioned above which provided me with the subject matter as well as inspiration for a novel written in 1947 and published in 1948 by Castro Soromenho in a Brazilian publishing house run by the Portuguese branch. The book was praised by Jorge de Sena in a long critical review published at the time (and by Eduardo Lourenço, who praised the third edition published in 1982). However, since a summary written for the review *Ver e Crer* (edited by Mário Neves and José Ribeiro dos Santos), which regularly distinguished recent novels in this way, was banned by the Censor, and judging this to be a threat that the book might be seized by the PIDE, it was withdrawn from sale and shipped to Brazil. A second edition, published by Arcádia at the instigation of Fernando Namora, came out on the day the Colonial War erupted and as I was in Paris at the time, I was warned by friends not to return. But it was not to be...

The fourth edition, published in 2005 by Imprensa Nacional (a classic example of *noblesse oblige*), included a planned film adaptation that had been written back in 1949 but had remained, unpublished, in a drawer. Meanwhile, interest had twice been shown in bringing *Natureza Morta* to the screen and there was even a signed contract — but to no avail. For neither in Portugal nor in Angola would (or could?) such filming be done. This obviously has to do with colonialism and decolonisation, the theme of this conversation.

Natureza Morta (allow me to tell you or remind you) tells the story of a girl from Lisbon who marries the manager of an African plantation by proxy and ends up in a living hell. Her destiny crosses that of an African who was beaten and whose death was made to look like suicide as punishment for having complained about the rotten cornmeal provided as food.

I knew the plantation well (I even carried out its cadastral survey) and its people too, but the protagonist I imagined; I did hear though of a case of rotten cornmeal. As to Júlia, much later I told of her return to Lisbon (or rather Oeiras), already a widow.

During my time in Angola, I wrote some tales — about the arrival of a neophyte *colono* (I watched them arriving), about an abandoned plantation in Muchaúla (with a piano that had been left behind to rot in the house, which I did see on one trip), about an old man I met in Mayombe who fascinated me following a catastrophe I had witnessed. All experiences I had had. And I also wrote about a special dinner service (I published this story in Brazil) that was sent round to the head offices in the interior because of a ministerial visit (Marcelo Caetano in 1945) so that it could embellish the official dinners, and which (my idea!) got left behind on the road when the truck broke down. Such things were normal: Otel Saraiva de Carvalho publicly confirmed this in a recent conference of mine because, as a young lieutenant, he had once had such a job in Guinea. Sadly though, I was not able to finish a play I was writing set in a poor and cheerless hotel in N'Dalatando.

This is the Africa that I knew, albeit from a somewhat socially privileged standpoint of course. But the sinecure of my position on the company's Audit Board after my return was removed when my novel was published.

Half a century later (when I was wondering about the fate of Júlia from *Natureza Morta*), I published two more short stories about Africa: one about an episode from the war in the bush (of which I am ashamed as I was not in Angola in that way and had no right to be!), and another after seeing (like Ricardo Coração-de-Leão from my 2007 novel) so many *retornados*, men forced to return to Portugal, standing around on the western pavement of Rossio Square in the period following the 1975 decolonisation with their empty eyes and hopeless steps. I had already seen them during that dramatic summer arriving in Armação de Pera where families who had returned in a pitiful state gathered. And even a short time ago (if not still nowadays), on the square's eastern pavement and in the forecourt of the Almada Palace the others, the black Africans from the colonies, could be

seen talking or remaining silent amongst themselves. Is there any literature about them? In point of fact, it was in this Palace where soldiers crippled and maimed in the war were housed.

We colonised badly and decolonised even more badly. But is this really true?

Would anyone have known how to do it, whether using Spínola's unionist ideas or those of Miller Guerra, who did not become Prime Minister of the Second Republic as a result of opposing those ideas? He told me this. In fact, the first declarations made by the *Junta de Salvação Nacional*¹ on the morning of 26th April did not mention the colonial war.

Could anyone have done anything sooner?

It is through another experience, as a historian (and very aware indeed of the arts as an ever inherent element — even without Diderot's exigency), that I can recall various passages from other books of mine. Indirect experience, one could say, which, like when Eça asked Oliveira Martins «if he had been there, if he had seen», comes through hearing or reading about something one can know about in this fabricated experience in which I too have dwelled. So, in a 2008 «physical and moral» story about Lisbon, I made people aware of a riverside «Praça dos Escravos»² among the Manueline urban development. These slaves, brought from Africa (or from the Congo), swarmed all over Lisbon according to the testimonial accounts of travellers and this could mean murderers on the loose throughout the whole of baroque Lisbon. I am sorry I do not know the percentage of African labourers used to reconstruct Lisbon after the Earthquake since there are no relevant studies on this. However, it could be important to know.

A German guidebook from 1793 tells us that a fifth of the population was either black or mulatto at that time, and these were slaves or the offspring of mixed couplings among the people (and not only) who provided, by working in households or doing street jobs, a small complementary population and who were more or less assimilated (or able to be assimilated).

1 «National Salvation Junta.»

2 «Slave market.»

lated) by the early 1800s in the *bairros* of the capital — these are dubious statistics for the sociological perspective we are trying to establish.

The pictures and drawings depicting popular customs by L'Evêque, Delerive, Doumet and Godinho do not show black people — or only one that I have seen (and was able to display in a huge exhibition dedicated to *D. João VI e o seu tempo* in 1999) which shows a woman carrying rubbish(?) and was painted by Doumet around 1806. There were also nursemaids in the houses of the nobles and bourgeois families who came indirectly, and in the majority of cases from Brazil, having been imported by the family. This habit continued.

Painting was not open to accepting black models and the painting by the realist artist Lupi from around 1880 caused a scandal.

Literature too shut out black people. In 1868, in his novel *Mário*, Silva Gaio takes his hero to Africa via a pleasant political deportation and for the first time introduces onto the scene a black man, «a stupid, savage being, placed on the last rung of the human ladder», who devotes himself to the white hero, «the light of the spirit that descended upon the black man». (I noticed this episode when writing about Romanticism one hundred years later — but I think there was no great reaction to it.)

In 1851, Fontes Pereira de Melo set up the *Conselho Ultramarino*¹ and then five years later the *Associação Promotora da Civilização em África*² was founded. (Has anyone ever studied this?) Then, in 1855, D. Pedro V thought the country's salvation might be found in the colonies.

In 1853 two translations of the famous novel *Uncle Tom's Cabin* appeared and then, three years later, the process leading to the abolition of slavery in the Portuguese possessions came to an end. This had been started in 1836 by Sá da Bandeira and in 1839 inspired, even before Livingstone had set out on his explorations, the *Associação Marítima e Colonial*³ (which I do not suppose has been studied either), the *Banco Ultramarino*⁴, the *Sociedade de*

1 «Overseas Council.»

2 «Association for the Promotion of Civilisation in Africa.»

3 «Maritime and Colonial Association.»

4 «Overseas Bank.»

*Geografia*¹ (on the subject of which, let us protect their right to lease their building now threatened by the new laws) and the shop *Casa Africana* with its black figure that was part of my childhood — these were all signs from the middle of the century at the end of which Eça de Queirós symbolically sent his sad Ramires over to Africa to regild the family's old coat of arms, adding to it though with a wealthy marriage on his return.

In another work, this time from 2014, I touched on various Africas through the prose of my character, Counsellor Adalberto. There was the fateful 1879 Treaty of Lourenço Marques (that had already appeared in Bordalo's reviews), there was Lopes de Mendonça's *Delenda Albion* (forever perfidious...), there were the celebrated homecomings of Capelo and Ivens (and their *De Angola à Contra-costa*) and Serpa Pinto in 1885 and 1886, and again in 1890 — in that sad year of the Ultimatum. Poor Counsellor Adalberto and his sorrowful *Memórias*. I was always with him in his comments and the complaints he experienced.

But in 1998, I gave myself the job of examining the year that was being celebrated; it was not only the fifth centenary of Vasco da Gama's arrival in India but also the centenary of the much-lauded return of Mousinho de Albuquerque and his political-colonial disgrace. And then also at the end of that year of 1898, there was the great piece of diplomatic luck enjoyed by D. Carlos and the Marquis of Soveral — *Moçambique in extremis* I called the chapter. «A África só servia para nos dar desgostos»² and it was only «boa para vender»³ as one can read in the *Ilustre Casa de Ramires*, and Ramalho Ortigão's opinion, «vendamo-las»⁴, from thirty years before still resounded in the agreement made at the expense of the Boers, who, in fact, Mousinho dreamt of going to defend, sword in hand, with a commando of troops.

And I also remember well Rafael Bordalo's colonialist patriotism, which I studied in his key drawings of national life. This was in fact the

1 «Geographical Society.»

2 «Africa only served to bring us misfortune.»

3 «Good to sell.»

4 «Let us sell them.»

position of the Republicans and would continue to be so even half-way through the twentieth century.

In my experience *de visu*, I cannot include the 1934 *Exposição Colonial do Porto*¹, a work of Lieutenant (at the time) Henrique Galvão, but I must point out (as I have already done) that the exhibition was not repeated in Lisbon the following year as had been announced. In 1936, I did in fact visit the exhibition entitled «Ano X» of the so-called «Revolução Nacional»² held in Parque Eduardo VII. Here the colonial section was minimal, occupying only half of one of the nine rooms of art and documentation. Not even one among the many paintings was dedicated to it. But Henrique Galvão's fertile imagination produced a map to be used in all schools in Portugal, a map of Europe totally covered by the surface areas of the Portuguese colonies, thereby showing that «Portugal is not a small country».

In 1940, I spent a lot of time wandering around the *Exposição do Mundo Português*³ which had been planned by Salazar — a remarkable artistic achievement with the best architects, painters and sculptors collaborating. Africa entered in various ways to illustrate historically an idea that had been thought up in 1938 but had in the meanwhile suffered a war, already a world war, that brought it into question. A city of History in a place of Peace, it rose up like a «grand cimetière» (Saint-Exupéry) of «gens sans âge» (Simone de Beauvoir).

In it the different Africas were what they were, or had been, reflected in the huge lake of the central square «do Império» (still called so today), encircled by the heraldic arms of the navigators' and the conquerors' families. But, at one end, the «indigenous villages» allowed one to see, however picturesquely, another Africa that had been brought there and constructed fictitiously as a village. Odiously, one would think, but not at that time.

I had occasion (or occasions, as I also did so in the scenario of a novel) to study this magnificent venture which was a symbolic moment in the history of Lisbon.

1 «Oporto Colonial Exhibition.»

2 «National Revolution.»

3 «Exhibition of the Portuguese-speaking World.»

In *Os Anos Vinte* (when I studied the twenties in 1992), I became especially interested in the ‘Alves Reis era,’ an exciting half dozen years in Angola and the metropole. And even today, one could (or should) discuss this financial episode in light of the continuous game still being played by the world’s stock exchanges!

Then, in a key essay António Sérgio contrasted the policy of «fixação»¹ with the policy of «transporte»². But how has this served us to date in that we still have the same difficulties ensuring the former without counting on the latter?

Afterwards, in 2010 and 2012 when I was working on the *Ano X* and *Ano XX* of the *Estado Novo*, commemorated in 1936 and 1946 respectively, I ended up analysing «O Império Colonial» — starting with the 1.^a *Conferência Imperial*³ held in 1933 which Salazar opened with a speech about «political and legal unity on the path to economic unity». Until the end of his life, the ‘Chief’ never departed from this point of view and reacted immediately to the bragging of Il Duce or veiled threats from the Third Reich, making an effort to finally obtain guarantees from Eden’s Foreign Office at the end of 1936. I referred at that time to the 1930 *Acto Colonial*, to the first Decree-Law of the *Estado Novo* in 1933, to Salazar, the Minister for the Colonies (but interim, as he so wanted), to the 1933 1.^a *Conferência Imperial*, to the *Carta Orgânica do Império Colonial*⁴ from the same year, to one of his Councils and straight afterwards to the Oporto Exhibition, with more colonial congresses on Agriculture, Anthropology, the Military, Education and Colonisation, to a lively *Semana das Colónias*⁵, which dated from 1927, as well as to the *Agência Geral das Colónias*⁶ and the *Escola Superior Colonial*⁷, undergoing its first reform at the time.

There was also a holiday cruise (with Marcelo Caetano) for university students to get to know the colonies, and an air cruise on a sovereignty

1 «Fixation.»

2 «Transport.»

3 «1st Imperial Conference.»

4 «Organic Charter of the Colonial Empire.»

5 «Week of the Colonies.»

6 «General Agency for the Colonies.»

7 «Colonial School.»

mission that was more or less successful in technical terms. In 1936 the *Junta de Investigações Ultramarinas*¹ was set up, there was a conference on *Altos Estudos Coloniais*² [Advanced Colonial Studies] and the *1.ª Conferência Económica do Império Colonial Português*³ was held at which Salazar gave the opening address in which he considered its problems to be «important national problems». The final lesson was: «Que se seja patriota por necessidade quando se não é por disciplina ou virtude»⁴. Great words!

The *Exposição Histórica da Ocupação no século XIX*⁵ enjoyed international coverage in 1937, as later did the *Congresso da Historia da Expansão dos Portugueses no Mundo*⁶. Then President Carmona was sent off on a sovereignty trip in 1939 returning unharmed — remember there was a war on — and so he was offered a «Te Deum» in the Sé Cathedral.

In 1946 (again let me remind you that I am speaking here only from my experience as a historian), we were right in the middle of that period of world decolonisation marked by the 1944 Brazzaville Conference, and already concessions had been made by England (or rather the British Empire), France, Holland, obviously Italy and Belgium — where the owner of the Congo, which had originally been given to King Leopold II, merited the first accusation of «crimes against Humanity». So many others have there been since on this Continent, even recently! The Commonwealth and the «Union Française» were situations of a lesser evil which could not agree morally with Salazar's political vision even though there had been disturbances in 1945 in the North of Angola (which I heard people talking about in Luanda). The Minister at the time, Marcelo Caetano, undertook a five-month tour to affirm our sovereignty — I crossed paths with him in Luanda and also with Henrique Galvão, a Chief Inspector for the Colonies and his sworn enemy. Caetano published a *Memorandum*, relating particularly to Mozambique and South Africa, but it was never distributed as it was deemed not worth reading.

1 «Board for Overseas Research.»

2 «Exhibition of the Portuguese-speaking World.»

3 «1st Economic Conference of the Portuguese Colonial Empire.»

4 «One should be a patriot by necessity when one is not by discipline or virtue.»

5 «Historical Exhibition of the Occupation in the 19th Century.»

6 «Congress of the History of the Expansion of the Portuguese in the World.»

Caetano wanted to leave this ministerial position shortly afterwards — although he had declared to the British press that colonisation was generally «prosperous», with there being no «poor whites» (that there were, I myself saw ...). There were also poor whites in the metropole living in shanty towns in the capital. *Seara Nova* was allowed to criticise him at the time, discreetly to be sure, but this signified authorisation from Salazar via the censors.

Various reforms and actions are recorded at the time: *Direcção Geral de Ensino*¹, *Gabinete de Urbanização Colonial*², incentives for industrial installations, the *Carta Orgânica do Império Colonial*³, a new designation of «Overseas Provinces», although the Ministry for the «Overseas Provinces» only came into being in 1951, and the *Estatuto do Indígena*⁴ but this only in 1961 on the eve of the upcoming war which started in 1962, the year that France resolved the problem of Algeria.

In this tumultuous period, before the United Nations and the United States of America, during the internal political turmoil at the end of the war, Salazar, addressing his *União Nacional*⁵ in February 1946, only once mentioned the «Empire», and in November at the party's second Conference, the topic was not even on the agenda. It is important to evaluate such a position (or situation) and note that at the first Conference, in November of the previous year, Salazar did not devote more than five minutes to the colonial problem. And it is important to know the reason why.

From the 1945-46 period (or from 1951 with the renaming of the Ministry for the Overseas Provinces, for names, as History well knows, possess an ideological if not incantatory power) until the outbreak of the war in 1962, I have no direct or indirect experience as a historian. Or rather, I can only remember sporadic conversations in Paris around 1960, when I was living there, with Câmara Pires, the Angolan «ambassador» who I met through

- 1 «General Directorate of Education.»
- 2 «Office for Colonial Urbanisation.»
- 3 «Organic Charter of the Colonial Empire.»
- 4 «Indigenous Status.»
- 5 «National Union party.»

the exiled Castro Soromenho. And then there was some discussion about the project relating to *A Comunidade de Estados Portugueses*¹ that Jorge de Sena, exiled in Brazil, published in 1960 in the São Paulo newspaper *Portugal Democrático*. All of this is mentioned a lot in our *Correspondência* published in 2007.

At the end of this paper I will speak of yet another of my experiences, but this time as a spectator or reader. But before that I really must recall two other incidents from the 1980s.

In 1984 I was in charge of the Gulbenkian Foundation's Cultural Centre in Paris and I organised a colloquium there with Professor J. M. Massa (from the University of Rennes) and Professor Manuel Ferreira (from the Faculty of Letters of the University of Lisbon) on «Les Littératures africaines de langue portugaise» (later published) with seventy-two collaborators and the official participation of São Tomé and Guinea — but sadly without Luandino Vieira who had not been granted authorisation to leave Angola. Also at that time, as I was President of AICA (Association Internationale des Critiques d'Art), a UNESCO NGO, I founded a section of this organisation in Luanda, the first in Africa, but in fact it gave no further sign of life.

If the arts and letters are incontrovertible signs of a historical situation, we should counterpose the soft and gentle works of Eduardo Malta, the illustrator of the 1934 Colonial Exhibition, with the paintings of Malangatana — to whom I ensured the AICA national award was given in 1997. As to cinema, Lopes Ribeiro's film *Feitiço do Império*, released in 1939, was, as far as censorship allowed, made fun of by Roberto Nobre in *O Diabo* when he remarked that the success of the faithful protagonist, the *colono*, was only due to Lady Luck — which as a colonial justification is dubious. *Angola, uma Nova Lusitânia* by the same director (who would have seen it in 1944?) did not «take off», nor did Brum do Canto's unsuccessful *Chaimite* in 1953, which enraged Mousinho. It would be worth comparing this film with the 2004 *Costa dos Murmúrios*, adapted from Lídia Jorge's

1 «The Community of Portuguese States.»

1988 novel (I am sorry of course about my own non-*Natureza Morta*), and with the excellent *Terra Morta* by Castro Soromenho, banned in 1947. Then the remarkable *Luuanda* by Luandino Vieira, which triggered such a huge scandal and police violence in 1965, should be counterposed to Henrique Galvão's novels, the *Vélo D'Oiro*, awarded an official prize in 1933, and two more books albeit of inferior quality which form a trilogy.

Did we colonise badly? But the colony of São Tomé produced the monarchy's last marquis, the Marquês de Val-Flor, extremely wealthy from his cocoa plantation!

Did we colonise more badly than others? But Mozambique became part of the Commonwealth and Angola has produced the woman said to be the wealthiest woman in Africa in the person of the daughter of the President, who has been in office since 1979. And Macau has achieved an importance in gambling that is four times that of Las Vegas!

Meanwhile France continues to endure sociologically a type of postcolonial guilt, haunted by the «ghost of colonial Algeria», (semi) incapable of «digesting decolonisation» as they say there. And racism continues to be alive and well in «the heart of America» one hundred and fifty years after the abolition of slavery, although denouncing it produced a record best-seller and the most important national literary award in 2015 — all under an Afro-American president.

Might there be racism in Portugal? Might we also have ghosts in the closet? Might someone have an opinion and, with none of the anachronistic regrets that have become so fashionable, might we still be caught up in the «webs the Empire weaves» — since now there are no domestic machines left to pick up the threads?

Jarzé, January 2016

DISCUSSION

NUNO SEVERIANO TEIXEIRA

The papers given by the four speakers brought back to me distant memories. I am the grandson of a colonial administrator and the son of an army officer who did four tours of duty in Africa. I was born in Guinea, I lived my adolescent years in Mozambique and so I am, in a certain way, a son of the 'webs the empire weaves' and this all came back to me with this session. As Professor Helder Macedo said, I too did not feel guilty during my childhood; that guilt comes later when we begin to become aware of other realities, but I believe that one of the purposes of postcolonial studies is to free us from that guilt by bringing us knowledge of such realities. In fact, one thing is postcolonialism as an academic discipline that comes from the United States, postcolonialism as an object of study, and another is postcolonialism as an attitude, as an experience, and this postcolonial experience demands at least two things of us: that we reconcile ourselves with our past and know how to assume it, and that we know how to relate to it, which means reconciling ourselves simultaneously with the other. But this is as true for the coloniser as it is for the colonised and in my opinion this process is not finished either for one side or the other, nor is it anywhere near to being so. And I believe that these «novellas» that were alluded to a short while ago regarding relations with Angola show this very well indeed.

Despite our having an abundance of literature and a slightly less abundant filmography about the war and about the return from the war — two fundamental phenomena to help us reconcile ourselves with our past and

with the other — we are still far from achieving such a postcolonial attitude although I do think we are moving in the right direction.

But this was not the reason Maria João, the person responsible for organising this meeting, asked me to talk. The main reason was to open a discussion among the speakers by taking the papers presented as a starting-point. So allow me to put forward two questions that arise from what has been said in the four interventions.

Professor Adriano Moreira, right at the start, called our attention to the fact that the result of colonialism was basically the constitution of a Euroworld Empire. Looking at the results, we can see that the result that became the United States of America is not the same as that of Colombia, and the result of colonialism for Brazil is not the same as for Canada, and so on. In other words, my first question, which is for everyone of course, is whether the final result of colonisation has to do primarily with the coloniser, with the characteristics of the coloniser, or whether it has to do with the colonised, or whether it has to do with the nature of the relationship between them.

The second question is connected to this and concerns the Portuguese case. We have seen that in Portugal, as in the other cases, there was slavery, there was indignity, there was forced labour, there was a series of facts that are possibly shared with other colonialisms, but is ours the same as others? Or is there a specificity in Portuguese colonialism that makes it different to the others? Is the Portuguese case exceptional or not? These are the two questions that I would like to put forward to open the debate.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA

I was 12 years old when the 25th April happened and I have always lived in the metropole. My parents and uncles were already too old to be called up for the colonial war and my cousins were too young like me, so the whole dynamic completely passed me by. I can remember the news, I can remember the soldiers saying their farewells in *Adeus, até ao meu regresso*. I was a child who always had a special feeling for history and that is the reason I am here today; I am here as a historian of the Empire rather than because I am the Director of CHAM.

Starting with the words of wisdom we have just listened to, I would add another topic that emerges from what has been said here. My reflection would take us more in the direction that we need to leave the past behind and move ahead in the contemporary world, the heir to all these postcolonialisms, but not just focusing on ours. We should leave the past because we will never be able to evaluate our own history; we have agents of history here but we have a very emotive relationship and of course we have the people, but the acts are still very close in time. I say this for one very simple reason: we all learn at school, we all believe it and have no doubts whatsoever, that an essential element for us to be what we are today as westerners is our Roman heritage. Romanisation is taught to all children in Europe as having been a good process. But was it? Were the Roman legionnaires who arrived here good people or ruffians who raped and killed during decades and for centuries? But we do not remember any of this today. Today we are just grateful and we are very proud to have sprung from a civilisation of

Roman origin. This is because two thousand years have passed and we only remember the good things they brought and not the cruel way in which a large part of this progress came here at that time. We all like the Romans because we did not have to live with them; we also like our Arab heritage very much because it has already moved on. The Arabs passed through here thirteen hundred years ago and although we enjoy their material heritage, we do not have to have any contact with the edge of the Arab sword.

Memories of war are always hard but I would like to invite us all to try to look at it in another way and to understand the historical phenomena in themselves without feelings of guilt. I do not think the question of guilt makes any sense. I do not feel either guilty or proud of the past. I know I am Portuguese but that is not the reason why I ever want to think that the merits of the Portuguese from the past are mine; what I do know is that this helps me have a notion of history, nothing more. I believe it is important that the world tries to shake off this guilt since we are very moralistic about the past and forget that our present is often murky.

Highlighting what Professor Eduardo Lourenço said, I would like to call attention to the question of identity and to the fact we consider the colonial war as a sort of final crusade. This identity surrounding our empire is so strong that in 1449 Piero Poggio Bracciolini, one of the greatest humanists of his day, praised the Infante D. Henrique for the Discoveries, and three hundred years ago, when D. João V sent an embassy to Rome, the theme we can see in the magnificent coaches in the Lisbon Coach Museum depict the metaphor of the King and what D. João V wanted to say, which was «We are the first empire». There is Adamastor with the Portuguese paw above him, and there is Lisbon, the capital of the empire, and there is memory, but for three hundred years we have celebrated the empire and should remember that, as far as the question of guilt is concerned, no faction of Portuguese politics was against the empire until 1945. On the contrary, as has been said here today, «1890, sad year of the Ultimatum», we are still angry with the English who, one could say, gave us Angola and Mozambique which we did not have. One of the most incredible things is that the Republican propaganda of a hundred and twenty years ago still

continues to function perfectly well and D. Carlos continues to be massacred for having done what he should have done, which was to accept the English Ultimatum.

And to finish, let us remember two things: the empire is so deeply entrenched that this is why people went off to war so readily in 1961 since all those who went off to fight at that time had learnt in school that, in a certain way, Portugal was bigger than Europe — remember the famous map entitled *Portugal não é um País Pequeno*¹. This reminds me of a film produced by the *Estado Novo* in the 1940s. It was a sponsored film approved by the censors about a coup d'état by the Portuguese Communist Party [PCP]. Being an *Estado Novo* film, naturally the PCP militant who should have exploded the bomb that was going to start the coup repents, he looks up at the flag and, inevitably, repents. But what is of interest here is how the PCP intended to start the popular uprising: they were going to start the revolt by spreading the rumour that Salazar was planning to sell off Angola in order to build the bridge over the river Tagus. Just notice the strength of the empire in the 40s even with such forces as the PCP. This is the Portugal that went off to the colonial war.

History teaches us that there is nothing universal in the world, that we have diversified cultures. We also learn that the fact we live together with one another does not mean that the others are immersed in our culture and so, when we want everybody in the world to be one thing that we believe to be right, when we want to impose a certain order, we are being colonial.

1 «Portugal is not a Small Country.»

ADRIANO MOREIRA

After what I have heard, I am going to be daring and call attention to some small details that will help to put guilt aside and help us understand the difference in this relation between the phenomenon of colonisation and the evolution of the world's political structure that forces us to change the system.

That said, two separate questions arise:

First, how did we, Portugal, deal with colonisation?

Second, how is it that dependence on the international structure forced Portugal to evolve?

Portugal has always been a country that has needed outside help. D. Afonso Henriques declared himself to be a subject of the Pope and was obliged to pay four ounces of gold a year, although his chronicler said he never in fact paid owing to a very well remembered forgetfulness.

Then we needed the alliance with England and this we paid for and never again have we forgotten as we have been reminded. And after that came the question of the Empire which forced us to seek other support. Indeed, in the case of the Empire we must remember that there were people, irrespective of the regime, who understood that the international structure was going to change and the country would have to adapt to the change. We always find ourselves speaking about Captain Henrique Galvão but what was important was not the *Santa Maria* cruise liner, what was important was not his report that was never made public; what was important was the speech he made in the National Assembly. I was there,

still a young man, and his intervention was such that even after twenty years, during which time I myself had a personal responsibility, everything he said remained true and nothing had been corrected.

Another man who tried to intervene was Botelho Moniz. He realised the structure was going to change and, as you all know, he led a movement. The only reason it did not triumph though was because he was a military officer. Why? Because when the generals were all gathered together, there was a change of government and the assembled generals told him: «You have lost your legitimacy to give us orders», and so everyone went home. If he had been a civilian minister, he would have given orders but what this man did not intend, in my opinion, was to betray his country. He understood that the international structure was going to force us to readapt once again as we had been forced to do so many times before. But there were also civilian movements. What is not very well known is that a group from Margão [Goa] comprising intellectuals from Margão wanted the Portuguese Constitution to be federal so they would be able to defend the borders of their territory since what interested them was for the Indian Union to not occupy Goa. This caused a political dispute that led to the resignation of the governor who opposed this and left on bad terms, and so prevented Admiral Sarmiento Rodrigues, who had very advanced views on this subject and understood what was going to happen, from having the necessary incidents to put him aside. It should be emphasised therefore that such movements as these also existed.

After that, there was the problem of the United Nations. We did not pay enough homage to the diplomatic intervention of Ambassador Garin who tirelessly endured there for at least three years, and it was necessary for us to lose a third of the supporting votes for the United Nations to condemn Portugal; however, he wanted to gain time so that it would be understood that a change in the international structure would force Portugal to modify its colonial policy.

There were, however, many people who understood this, but they did not manage to achieve such an intervention until the revolts began. In fact, there is a United Nations report that I myself signed as a delegate in which

I predicted there would be an uprising that year — 1961. Afterwards, when asked about this — «How did you work that out?» — I replied that it was «because I had had an excellent primary school teacher who had taught me how to do sums and so I worked out the number of countries that were going to enter the United Nations and the year when we would lose the third that protected us.» After that date, as we had made no changes at all, we began to hurriedly do what many people had advocated and proposed and had thought inevitable for so long.

It is essential that we understand, pay homage to and respect the intervention of the armed forces. The same thing happened as in 1914-18. They went off without the sufficient means but always with the strategy of knowing they had to make time for the necessary reforms to be carried out because, as General Câmara Pina had warned, such wars are not won; they are always won by those politically responsible for them.

What happened, happened. There was the coup d'état and the Revolution, which is when the system changed, and after that there was a very serious conflict of direction.

The first of the questions that is going to be the last of the answers is whether there are any differences in the way in which every part of the Euroworld Empire acted. We, who are ungrateful creatures, forget that Camões said that Europe was identified by the values that Christ had brought to Earth and that Portugal was the head of all Europe. In fact he knew that not everyone spoke the same language and that there were geographical and other differences, but above all else, he knew that differences do not mean that it is impossible to converge, and I believe that was what happened to us. Ultimately, what are we? The indigenous people who were here, heirs of the Romans, of the Suevi, etc.? We are a mixture that makes a whole because there is a communion of shared feelings. The community is born here. Let us be aware of how this difference has a curious effect, which is that, of all the components of what I call the Euroworld Empire, the only part of it that created a CPLP (*Comunidade de Países de Língua Portuguesa* — Community of Portuguese-Speaking Countries) is called the CPLP. No other part was capable of doing so. I sometimes ask myself: «But what

about the British Community? I take note: Are you saying Anglo-Saxon? They are an Anglo-Saxon population because that is what they are.» With us it is not so, and this is linked to another fundamental problem: no country nor people nor organisation ceases to have importance and Europe frequently gives the idea that it has no importance. It is all within; it is a rainbow and they do not think of importance. But Portugal belongs to the European Union. It is pro-Europe (and Camões understood this very well), but it also belongs, and this is often forgotten, to the United Nations, to NATO, to BITs (Bilateral Investment Treaties) and to the *Instituto Internacional da Língua Portuguesa*¹. So what happens is that Europe does not recognise that it has ambience, that it has importance, that it lives alone, but thinks that all it needs is the European Central Bank.

But Portugal has windows of freedom and one of them is the CPLP while the other is the language². When we left Macau, we left behind one Portuguese school but today there are fifteen; in Japan there are four chairs of Portuguese in the Catholic University of Sophia. So what is the downside now? The idea for the CPLP has Portuguese roots. I think it began with the *Sociedade de Geografia*³ but it was Brazil that set it up. The *Instituto da Língua Portuguesa* was proposed in a congress in Recife where Gilberto Freyre was president. The idea met with great enthusiasm and was approved, but it was Brazil that actually did this.

In spite of everything though, many people have done what they could.

But I feel as if I am already saying farewell and, of all the honours I have received in our former overseas provinces, the one that moves me the most is a road in São Tomé e Príncipe which is called Rua Ex-Adriano Moreira.

Thank you.

1 «International Institute of the Portuguese Language.»

2 Last year, the United Nations' website set its eight compulsory languages, with Portuguese being one of them.

3 «Geographical Society.»

EDUARDO LOURENÇO

Probably, the thing that I find the most interesting as a positive referendum on our relationship with the other is the *Letter of Pêro Vaz de Caminha*. This is because when looking for a western nation that has a certain root, a certain religion, a certain behaviour, a certain way of reading the world around it, one comes across a world that can still not be read. We have never really decided what the consequences of the discovery of America were: the first discovery and the second, ours, with only a decade separating them. It was never known whether Pêro Vaz de Caminha was familiar with any of Columbus' letters but the fact is that when the Portuguese found the place that had no name and would come to be baptised Brazil, they behaved very differently to the Spanish. One example is that Spain baptised everywhere with names they had brought with them, but we did not. This is only one of the singularities with which we embarked on the Discoveries.

In another context, I would like to say that I come from a village where some of the young people emigrated to Mozambique. What was extraordinary — and that is what the essence of colonisation is — is that their status changed; without having done anything, they became individuals who were 'others'. When they came back on holiday, they no longer identified with the values of the home country they had left behind; the experience of the colonies, the experience of another world, made them into *senhoritos* who, when they came back on a visit to the metropole, aspired to a new form of integration. In fact, the encounter with the colonies changed

people, and even if they did not have important jobs, they came back as 'others'.

As to the rest, when I was teaching in a college in Coimbra, I had some Angolan students for whom Portugal was the colony. Coimbra was not Lisbon but, in spite of everything, Luanda was still a much more important city than Coimbra or Lisbon.

There were therefore *colonos* of every kind and one cannot say that there were very strong codes of understanding; but the Portuguese have the capacity to react on various levels, the capacity to merge, and a hyper-identity that transforms itself into a kind of sublimated non-identity.

Anyway, we are what we do. We have created our own identity even though we have probably sprung from the only revolution there has been in humanity, the Christian revolution, and so far we have not changed the paradigm. And this is what Western civilisation does while it lasts, but its twilight will come when this model begins to disappear, which could be happening right now.

HELDER MACEDO

I think that I made it clear by talking about «guilt» in my presentation that I consider «guilt» and «responsibility» to be two different issues. Making us feel guilty retrospectively for the fact that there were colonies is a false problem of postcolonialism. History is the narrative of what was and when what happened, and retrospective guilt-seeking is a running away from the responsibilities of the present. This is why it is necessary not to forget history but to keep the memory of the past alive, as José-Augusto França has demonstrated in an exemplary way in various books and in his excellent paper today.

My dear and very much admired friend Eduardo Lourenço mentioned, as he has done in his foundational studies, the problem of the specificity of the Portuguese case in which the idea of empire in some way became in our imagination a national identity that was simultaneously present yet absent in our own consciousness of ourselves. Thus it must have been, or thus it must have become. Nobody has helped us to understand ourselves more than Eduardo Lourenço has.

But this dimension, let us call it mythical, existed on a par with the factual reality that we had not managed (or perhaps desired) to create economic and social structures in Portugal compatible with our remarkable imperial «madness». One key element of the specificity of the Portuguese empire was the delegation of national power to other relatively privileged regions of the empire itself. It is not by chance that only in the time of Marquês de Pombal did the capital of Mozambique cease to be Goa, which

also enjoyed political and economic control over Macau. Or that, with the flight of the Portuguese royal family to Brazil, Rio de Janeiro became the first non-European capital of a nominally European, pluricontinental empire. Or that one of the last points discussed during the negotiations for the independence of Brazil was whether Brazil would continue to maintain its *de facto* colony called Angola, or if this colony, which was in fact Brazilian, would return to its nominal owner, which was Portugal. In fact, Angola was a Brazilian colony until it was forced to become a Portuguese colony. The celebrated patriotism of Salvador Correia de Sá against the Dutch was more Brazilian than Portuguese. And it had more to do with the slave trade taking slaves from Angola to Brazil than with patriotic ideas. In fact another point is that the maritime currents made it easier and quicker at times for a ship that set sail from Recife for Rio de Janeiro to first touch land in Luanda and from there to sail onwards to Rio. Brazil and Angola were complementary imperial realities.

In one way or another, Portugal had to set up local structures to be able to deal with an empire that was as impossible as it was imagined. This revealed a certain knowledgeable wisdom on the part of the Portuguese colonial rulers. The reverse side of this admirable process and obvious wisdom — and what I consider to be the most negative aspect of our imperial history — was that Portugal impoverished herself because of the empire. This is an apparent paradox, first diagnosed by Sá de Miranda but also suggested by Camões and, of course, retrospectively analysed by Antero de Quental. The distant empire served to maintain the parasitic elites, like an island floating à la Swift on the impoverished imperial Portuguese nation. It is incredible that a country with 1.5 million inhabitants, with an extraordinarily well developed, cultured, European, universal elite capable of running that impossible empire, managing it with extraordinary efficiency, kept 90% of its metropolitan population in poverty and misery. And it is also amazing that in 1961, at the start of the colonial wars, Portugal was still the poorest country in Western Europe despite having a colony as rich as Angola (and let us not forget the others). This might not be the cause of retrospective guilt, but it was the biggest crime Portuguese imperialism

committed. And it also suggests another specificity, unfortunately a negative one, of Portuguese imperialism: that we were terrible colonisers of our own selves. In other words, we used the riches coming from the empire to maintain in power the elites who did not need to develop their own country in order to be able to continue to be elites within it.

Holland, as an imperial nation, was much worse than we were in various aspects. As were the French. And the English. And as for the Belgians, it is better to not even speak of them. But, while in one way or another their people benefitted from their empires, the Portuguese people in our country remained as poor as the poor in Zambezia that I had known during my African childhood. That, for me, is the essence of the need for there to be a postcolonialism in which we, the Portuguese, who were an imperial power, may assume our postcolonial condition of having been the colony that was badly run, as we were, by the same elites who colonised our colonies.

And when we see what is happening in Angola now, one could say that this former colony has a local oligarchy running their own country which imitates the European Portuguese oligarchy. This alone can explain how a country with such immense wealth has had to appeal to the International Monetary Fund just as impoverished Portugal did. It is as if its national rulers were applying the same model of bad management to their own country that we, the Portuguese, have applied to ourselves for centuries.

I believe these are some of the concrete problems that it is important to consider when we speak of postcolonialism so that our postcolonial present might become the positive side of what was negative in our colonial past. It was this too that I sought to show in my book whose title, *Partes de África*, also includes Portugal. Here I wrote about my memory of Portuguese colonialism shortly after the colonies had become independent of Portugal and Portugal had become independent of the colonies.

Professor Adriano Moreira has an optimistic view of the future and mentioned the cultural and economic importance of the CPLP as an integrating factor of a postcolonial pluralism based on our common language and on our shared history. But, as he firmly emphasised, it was a Brazilian initiative. Well, yes, in fact it was but now Brazil does not appear to be

greatly interested in the CPLP. It is not enough for Portuguese to be a common language in order to create a community of shared interests. Besides which, the entry of Equatorial Guinea, for reasons that it might not be prudent to analyse, does not seem to auger well for the future of the CPLP. It is without any doubt a project with good intentions, but it is precarious. I believe, in conclusion, that it could only cease to be so when (or if) the Portuguese-speaking nations ceased to be colonies of themselves.

JOSÉ - AUGUSTO FRANÇA

We have reached the end of the session. I dutifully presented a text that I was asked for and which you have had the patience to listen to, and now I would just like to recall two recent events that happened in Paris at the Collège de France where the Congolese writer Alain Mabanckou was invited to teach a course of «literary expression», not of African languages as he so clearly pointed out in his inaugural speech. He himself sought to play down the colonialist situation saying that it is good that one does not view the history of Africa as an epiphenomenon and added, in a play on words, that the history of France is «*cosue' de fils noirs*». He then said: «The world is an addition of identities, a multiplication at times, not, in any way, a subtraction, and even less a division.» Through this singular arithmetic language we can better understand what we have been talking about here in terms of national identities. Said by a black writer, a Visiting Professor at the Collège de France, it certainly has an extraordinary importance for us all.

Secondly, I would like to quote from a book that has recently come out called *L'Aveuglement*¹, written by an old friend of mine from the Annales, Marc Ferro. In it he reviews, with a certain amount of humour, all the times when the elites and those in charge throughout recent history did not realise what was happening or what was obviously going to happen. The most recent examples are those of Syria and the surrounding regions.

1 «Blindness.»

In this work, Professor Ferro notes one exception: decolonisation, which was rapidly felt to be caused by the inescapable pressure of history. The whole of the Western post-war world perceived this and it was the only time that Europe was up to understanding the evolution of history, the Europe of France, the Europe of England. But he adds that Portugal was not up to it: here there was an exception called the *Estado Novo*.

A third point I would like to make is more of a question: do any of you, ladies and gentlemen, my illustrious colleagues on the panel or in the audience, know a French author called Gérard de Villiers? He was a novelist who died in 2013 and who has two hundred million readers scattered around the world. It is interesting to note that he came to Portugal for the 25th April. I met him here and we even had coffee together in the *Grémio Literário*. His two hundred plus published books have a hero, HSH (His Most Serene Highness) Malko, a prince of one of the old Germanic micro-states, who inherited a bankrupt castle. To maintain it, the prince became a kind of 007 but he worked for the CIA. Villiers stayed for two weeks in Portugal, more than enough time to significantly grasp the political situation in the country, and he did this all around the world. His novels were much read at the Quai d'Orsay, as far as we know.

The novel that is set in Lisbon, *Les Sorciers du Tage*, has some amazing scenes in it, which I am not going to recount here. Villiers was of course absolutely, openly and professionally anti-communist. Anyway, the novel is very interesting, informative and entertaining and I recommend it to all those who ask me what the 25th April was like in Portugal.

Gérard de Villiers also published a novel about Angola called *Guêpier en Angola*. It is not so well written but to a certain extent it has a lot to do with a situation that is becoming increasingly topical as it deals with the circulation of money and money-laundering.

Finally, just one last point about the elites and the poor, which we all were, during the period of colonisation. There were two poles: the capitalist pole, the white men who manoeuvred and manipulated while sitting

1 Eduardo Lourenço nodded.

on the boards of directors, and the pole of the poor *colonos* who arrived in Africa and were sent to the fields as foremen in the coffee and sugar plantations. They were illiterate like the black Africans they were going to be in charge of, but with one difference: a stick to impose their authority. There was no racism in this; it was simpler than that. There was the white man and there was the black man, one had the power and the other did not. But there was worse. Behind them were the old poor white men, dragged by life into black or interracial concubinage, who lived in the *musseques*¹ of Luanda, similar to the shanty towns on the outskirts of Lisbon. I wandered around the plantations and also around these areas out of an intellectual and sentimental curiosity. The reality of colonisation was in those boards of directors and in the *musseques*. I never wanted to link myself to either one or the other, and so I ended up as a professor in this Faculty which has given us all such a warm welcome today.

1 «Slums.»

MARIA JOÃO CASTRO

To close the proceedings, I would just like to thank my guests and moderators once again, bearing in mind the privilege that it was for me that you accepted the invitation.

My special thanks go to:

Professor Adriano Moreira, author of a colonial thought of which we are all the heirs;

Professor Eduardo Lourenço, complicit in so many conversations that have made me rethink the Portugal in which we live;

Professor Helder Macedo, whose humanity and heart are as big as the world;

Professor José-Augusto França, the initiator of a genealogy of Portuguese art history to whom we owe so much;

The moderators, Professor Nuno Severiano Teixeira and Professor João Paulo Oliveira e Costa, for having brought to the table questions that interconnect with the (post)colonial universe;

The Research Unit to which I belong, CHAM — Centre for the Humanities (NOVA FCSH-UAc) — for their collaboration with the audio and video recordings as well as for their help in organising and publicising the event.

I think it has become clear in the session reproduced here that the (re) thinking of (post)colonialism is a subject that is far from being exhausted, but that requires new approaches and reflections to help us understand it and to place it within the contextual framework of our history in the light

of the globalised world of the 21st century. We hope this event has contributed to the contextualisation of different parallel colonial universes, complementary to a subject that is as vast as it is fascinating and topical. And finally, I would just like to say that one thing is certain — this has been a meeting replete with warmth and friendship.



This volume contains the proceedings from the conference entitled *(Post) Colonial Thought and Writings* held on 20th April 2016 at the Faculty of Social Sciences and Humanities (FCSH) of the Universidade Nova de Lisboa. It includes papers by Adriano Moreira, Eduardo Lourenço, Helder Macedo and José-Augusto França as well as a summary of the discussion that followed.

The four authors, all leading figures in the areas of politics, essays, literature and the history of art, reflected on and wrote about Portuguese colonialism, triangulating art, politics and empire in a unique testimony of perspectives and views that interweave and interconnect.

This is the first volume of the ArTravel series, a collection that is developing out of Maria João Castro's postdoctoral project *ArTravel. Travel and Colonial Art in Contemporary Culture*.

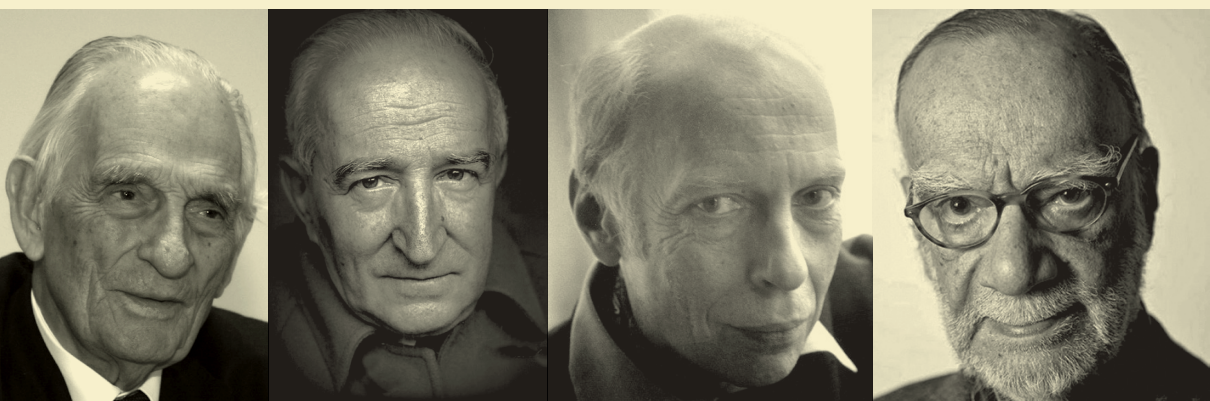
FCT: SFRH/BPD/107783/2015

WWW.FCSH.UNL.PT/ARTRAVEL/

ISBN: 978-989-99719-0-5



(POST-)COLONIAL THOUGHT AND WRITINGS



COORDINATION
Maria João Castro

